OTÁVIO JOAQUIM RODRIGUES FILHO

Processo de Recuperação Judicial:

Consensualidade e Jurisdição

Tese de Doutorado

Orientador: Prof. Associado Dr. Ricardo de Barros Leonel

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

OTÁVIO JOAQUIM RODRIGUES FILHO

**Processo de Recuperação Judicial:
Consensualidade e Jurisdição**

Tese de Doutorado apresentada à banca examinadora do Curso de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração em Direito Processual, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Ricardo de Barros Leonel.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2018

OTÁVIO JOAQUIM RODRIGUES FILHO**Processo de Recuperação Judicial:****Consensualidade e Jurisdição**

Tese de Doutorado apresentada à banca examinadora do Curso de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração em Direito Processual, sob a orientação do Prof. Associado Dr. Ricardo de Barros Leonel.

Aprovação em___/___/2018.

BANCA EXAMINADORA

RICARDO DE BARROS LEONEL

Aos meus pais, Octavio (*in memoriam*) e Lucília, pelos valores e caminho que me mostraram.

À minha querida esposa, Andréia, e aos meus filhos, Natália e Artur; com eles tudo faz sentido.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma virtude ampla, certamente ligada a outros bons sentimentos, dentre eles a humildade, porque é grato aquele que reconhece suas limitações, que pode compreender que sem ajuda de outras pessoas nada faria. Passados três anos de atividades que resultaram no presente trabalho, há muito que agradecer e desde já peço que me perdoem aqueles que aqui não me refiro nominalmente; são breves estas linhas e inevitável a limitação.

Quanto aos agradecimentos, não poderia deixar de começar pelo meu orientador, o prezado e ilustre Professor Ricardo de Barros Leonel, que desde início da pós-graduação me abriu as portas para o começo de uma longa jornada, como uma viagem muito desejada, para um destino que não se conhecia, mas que reconheço ter sido extraordinária e muito gratificante. Sou testemunha do seu exemplo de vida dedicada ao trabalho, da sua serenidade e de muitas outras qualidades que possui, sempre disposto a orientar e a expressar uma palavra amiga, de estímulo e de apoio.

Além do meu orientador, que também foi meu professor e com quem muito pude aprender, não posso deixar de demonstrar gratidão aos outros professores que tive na vida, desde cedo; certamente de todos recebi algo que me foi importante, além do exemplo pessoal e profissional.

No momento da qualificação a que foi submetida a presente tese, ainda parcial, recebi a inestimável colaboração dos professores Fábio Guidi Tabosa Pessoa e Heitor Vitor Mendonça Sica, que analisaram atenta e minuciosamente o trabalho naquele momento, fazendo observações fundamentais, que nortearam o caminho a ser seguido, não apenas formalmente, mas também sobre o conteúdo, para que se aperfeiçoassem as pesquisas, o desenvolvimento e as conclusões.

Agradeço também aos meus colegas de Ministério Público, muitos que já não estão mais na Promotoria de Justiça de Falências de São Paulo, mas que por ela passaram, como Alberto Camiña Moreira, José Antonio Remédio, Maria de Fátima Pereira Leonel e Arthur Migliari Jr., entre outros grandes amigos. Não me esqueço também de todos os colegas e amigos que ainda trabalham comigo na Promotoria e que aqui podem ser

representados em nome de quem eu não poderia deixar agradecer, Joel Bortolon Junior, que sempre me apoiou e que durante os muitos anos de convívio tem me mostrado o sentido da palavra amizade.

Uma palavra de agradecimento dedico ainda aos funcionários da Biblioteca do Ministério Público do Estado de São Paulo, em especial, ao servidor Ailton Gomes da Silva, cuja colaboração fora imprescindível a toda pesquisa realizada.

Agradeço, por fim, a minha querida esposa Andréia e aos meus filhos, Natália e Artur, que alegremente trazem cores ao que está diante dos meus olhos.

Otávio Joaquim Rodrigues Filho

RESUMO

RODRIGUES FILHO, Otávio Joaquim. **Processo de Recuperação Judicial: Consensualidade e Jurisdição**. 2018. 410. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

Esta tese tem por objeto central o estudo do processo de recuperação judicial, introduzido pela Lei n.11.101/05, cujo modelo congrega os distantes meios da consensualidade e da jurisdição em um só instrumento de solução de controvérsias. A tese sustentada pretende demonstrar que a limitação do poder decisório do juiz no processo de recuperação judicial, decorrente do âmbito reservado à consensualidade, não representa, *in abstracto*, e também não deve implicar, *in concreto*, violação ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, previsto em sede constitucional (art. 5º, XXXV, da CF). Para demonstrar a tese proposta, dividiu-se o presente trabalho em três partes, que têm objetivos diferentes, mas ligados à demonstração da viabilidade da convivência entre a solução consensual e a observância do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. A primeira parte objetiva demonstrar que os sistemas concursais, primeiramente pela execução e, após, com o surgimento da falência, no longo caminho de desenvolvimento desses instrumentos processuais, não sem retrocessos, foram movidos pelo ideal de eficiência e que o consensualismo constitui a evolução dessa tendência, tanto para no cenário da solução de controvérsias como para os problemas relacionados à crise da empresa no Brasil e também para outros sistemas contemporâneos aqui estudados. A segunda parte demonstra, como premissa, que a atividade desenvolvida pelo Judiciário no processo de recuperação judicial deve ser entendida como jurisdição contenciosa, já que não se trata de administração e não se restringe à proteção de interesses privados, e, como objetivo principal, que a função social do direito de crédito confere fundamento e explica a legitimidade do sistema consensual e majoritário e para a limitação do poder decisório do juiz nessa espécie de processo. A terceira parte trata da fixação de limites entre o poder decisório do juiz e a autonomia da vontade das partes, no momento do processo em que ocorre a homologação da decisão da assembleia de credores, no qual surge para o Judiciário a questão de decidir o que decidir, procurando demonstrar que o magistrado não estaria vinculado à decisão da assembleia no processo de recuperação judicial quando se tratam de questões jurídicas, ainda que essas envolvam repercussões econômicas, como nas mais comuns surgidas nesse momento do processo, que se referem ao litisconsórcio ativo, à regularidade do procedimento na assembleia de credores, ao abuso do direito por parte do devedor e também do credor, à fraude e à proteção dos interesses de credores não sujeitos à recuperação, como forma de demonstrar a necessidade da atuação do Judiciário, conferindo equilíbrio ao modelo consensual idealizado pelo legislador.

Palavras-chave: Processo de recuperação judicial. Consensualidade. Jurisdição. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

ABSTRACT

RODRIGUES FILHO, Otávio Joaquim. **Processo de Recuperação Judicial: Consensualidade e Jurisdição**. 2018. 410. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

This thesis has as its central object of study the judicial recovery process, introduced by Law 11.101/05, whose model brings together the distant means of consensualness and jurisdiction in a single instrument of dispute settlement. The sustained thesis aims to demonstrate that the limiting of the judge's decision-making power in the judicial recovery process, arising from the scope reserved for consensuality, does not represent, *in the abstract*, nor should it imply, in particular, violation of the principle of ubiquity of judicial control, provided in constitutional headquarters (art. 5th, XXXV, CF). In order to demonstrate the proposed thesis, the present work was divided into three parts, which have different goals, but linked to the demonstration of the feasibility of coexistence between the consensual solution and the observance of the principle of omnipresence of the judicial control. The First part aims to demonstrate that the insolvency systems, first by the execution and, after, the appearance of bankruptcy, in the long way of development of these procedural instruments, not without backward movement, were moved by the ideal of efficiency and that the consensualism constitutes the evolution of this trend, both for the scenario of the dispute settlement and the problems related to the crisis of the company in Brazil and also for other contemporary systems studied here. The second part demonstrates, as a premise, that the activity developed by the judiciary in the judicial recovery process should be understood as contentious jurisdiction, since it is not a matter of administration and is not restricted to the protection of private interests, and, as main objective, that the social function of the credit right gives grounds and explains the legitimacy of the consensual and majority system and the limitation of the judge's power of decision-making in this kind of process. The third party deals with the establishment of limits between the judge's power of decision-making and the autonomy of the intent of the parties, at the moment of the process in which the approval of the decision of the creditors' meeting occurs, in which arises for the Judiciary the issue of deciding what decide to try to demonstrate that the magistrate would not be bound to the decision of the assembly in the process of judicial recovery when dealing with legal matters, even if these involve economic repercussions, as in the most common ones arising at that momento in the process, which refer to the plaintiffs in joinder, to the regularity of the procedure at the creditors' meeting, to the abuse of the right by the debtor and also of the creditor, to fraud and protection of the interests of creditors not subject to judicial recovery, as a way of demonstrating the need for the judiciary's intervention, giving balance to the model consensual idealized by the legislator.

Keywords: judicial recovery process. Consensuality. Jurisdiction. Principle of omnipresence of judicial control.

RIASSUNTO

RODRIGUES FILHO, Otávio Joaquim. **Processo de Recuperação Judicial: Consensualidade e Jurisdição**. 2018. 410. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

Questa tesi ha l'oggetto centrale dello studio il processo giudiziario di recupero, introdotto dalla Legge n. 11.101/05, il cui modello riunisce i mezzi distanti di consensualità e giurisdizione in un unico strumento di insediamento delle controversie. La tesi sostenuta mira a dimostrare che la limitazione del potere decisionale del giudice nel processo di recupero giudiziario, derivanti dalla portata riservata a consensualità, non rappresenta, *in astratto*, né dovrebbe implicare, specificamente, violazione del principio dell'ubiquità del controllo giurisdizionale, fornito in sede costituzionale (art. 5a, XXXV, CF). Al fine di dimostrare la tesi proposta, il presente lavoro è stato diviso in tre parti, che hanno obiettivi diversi, ma legati alla dimostrazione della fattibilità della coesistenza tra la soluzione consensuale e il rispetto del principio di inspiegazione del controllo giurisdizionale. Il Prima parte mira a dimostrare che i sistemi concorsuali, in primo luogo dall'esecuzione e, dopo l'emergere del fallimento, nel lungo percorso di sviluppo di questi strumenti procedurali, non senza passi indietro, sono stati mossi dall'ideale di efficienza e che il consenso costituisce l'evoluzione di questa tendenza, sia per lo scenario della risoluzione delle controversie e dei problemi legati alla crisi della società in Brasile e anche per altri sistemi contemporanei studiati qui. La seconda parte dimostra, come presupposto, che l'attività svolta dalla magistratura nel processo di recupero giudiziario dovrebbe essere intesa come giurisdizione di contenzioso, in quanto non si tratta di amministrazione e non è limitata alla tutela degli interessi privati, e come obiettivo principale, che la funzione sociale del diritto di credito conferisce motivi e spiega la legittimità del sistema consensuale e maggioritario e per limitare il potere decisionale del giudice in questo tipo di processo. La terza parte si occupa della fissazione dei limiti tra il potere decisionale del giudice e l'autonomia delle parti, al momento del procedimento in ciò che accade l'approvazione della decisione dell'assemblea dei creditori, in cui si pone alla magistratura la questione di decidere cosa decidere, alla ricerca di dimostrare che il sistema giudiziario non sarebbe collegato alla decisione dell'assemblea nel processo di recupero quando si tratta di questioni giuridiche, anche se queste implicano ripercussioni economiche, come nel più comuni in questo momento del processo, che si riferisce al litisconsorzio attivo, la regolarità della procedura nell'assemblea dei creditori, l'abuso del diritto da parte del debitore e anche il creditore, la frode e la tutela degli interessi dei creditori non soggetti a recupero, come un modo per dimostrare la necessità di prestazioni della giurisdizione, per dare equilibrio al modello consensuale idealizzato dal legislatore.

Parole chiave: processo di recupero giudiziario. Consensualità. Giurisdizione. Principio dell'ubiquità del controllo giurisdizionale.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1 O tema a ser desenvolvido e suas limitações	17
1.2 Justificativa de escolha do tema, sua importância e contribuição original à ciência brasileira	21

PARTE I

A EVOLUÇÃO DO DIREITO CONCURSAL E O CONSENSUALISMO

2. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO DIREITO CONCURSAL	28
2.1 A gênese e a evolução do concurso de credores no Direito Romano	29
2.1.1 A responsabilidade pessoal do devedor no período das <i>legis actiones</i>	30
2.1.2 A execução e o concurso de credores do processo formular: instrumentos adaptados ao contexto da expansão do comércio e do território romano	34
2.1.2.1 O <i>pactum ut minus solvatur</i> : consenso entre credor e herdeiro do devedor no Direito Clássico	38
2.1.3 A evolução da execução e do concurso de credores no período da cognição extraordinária	41
2.2 O retrocesso do Direito Intermédio	45
2.3 O desenvolvimento dos procedimentos concursais na Baixa Idade Média: a falência e a concordata	48

	11
2.4 O Direito Concursal português e do Brasil colonial	53
2.5 Os sistemas concursais do Direito brasileiro anterior	58
3. A CONSENSUALIDADE E OS SISTEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO DA EMPRESA EM CRISE	65
3.1 A consensualidade no panorama geral dos métodos de solução de controvérsias	66
3.2 A recuperação judicial brasileira como uma forma mista de solução de controvérsias	71
3.2.1 A necessidade de medidas que favoreçam o consensualismo no sistema de tratamento da crise da empresa no Direito brasileiro	74
3.3 O tratamento da crise da empresa no Direito estrangeiro	80
3.3.1 A evolução do Direito norte-americano	82
3.3.1.1 A <i>reorganization</i> e os meios de reerguimento do devedor no Direito norte-americano	87
3.3.2 Os vastos poderes do Tribunal do Comércio no Direito francês	96
3.3.3 A proeminência dos interesses dos credores no Direito alemão	103
3.3.4 A mudança de rumo do Direito português	114
3.3.5 O consensualismo e os instrumentos voltados à solução da crise da empresa no Direito italiano	122
4. CONCLUSÕES DA PRIMEIRA PARTE	130

PARTE II
A COEXISTÊNCIA TEÓRICA ENTRE JURISDIÇÃO E
CONSENSUALIDADE NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

5. A NATUREZA DA TUTELA PRESTADA NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	136
5.1 As funções do Estado	137
5.2 A jurisdição contenciosa e a jurisdição voluntária	140
5.3 A tutela prestada no processo de recuperação judicial de empresas	148
5.3.1 A tutela prestada na recuperação judicial como atividade jurisdicional	149
5.3.2 A tutela prestada na recuperação judicial como jurisdição contenciosa	152
5.4. A existência de fase decisória na recuperação judicial	155
 6. O PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL E A LIMITAÇÃO DO PODER DECISÓRIO DO JUIZ NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	 159
6.1 Os princípios na estrutura do Direito	160
6.2 O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	162
6.2.1 O passado não tão remoto das exceções ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	165
6.2.2 Limites legítimos ao direito de ação e ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	167

	13
6.3 A cognição judicial	169
6.3.1 A cognição judicial e as informações no processo de recuperação judicial	172
6.4 As hipóteses de limitação ao poder decisório do juiz e de divisão da cognição no processo de recuperação judicial	176
6.4.1 A cognição sobre a viabilidade da empresa em recuperação	177
6.4.1.1 A cognição sobre o exercício regular de atividade do devedor no processo de recuperação judicial	181
6.4.2 A divisão da cognição e a limitação do poder decisório do juiz sobre as questões de aptidão do plano de recuperação judicial à superação da crise e à aprovação pelos credores	184
6.5 A limitação do poder decisório do juiz no processo de recuperação judicial e o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	186
7. CONCLUSÕES DA SEGUNDA PARTE	194

PARTE III

AUTONOMIA DA VONTADE E PODER JURISDICIONAL NO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

8. LIMITES DO CONTROLE DE LEGALIDADE E DA CONSENSUALIDADE NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	197
8.1. O controle judicial sobre a formação do litisconsórcio ativo	200

8.1.1 O controle judicial sobre o litisconsórcio ativo como solução formal (consolidação processual)	205
8.1.2 O controle judicial sobre a consolidação substancial	208
8.1.3 O litisconsórcio ativo na recuperação judicial e a competência do juízo: óbice ao acesso à justiça?	217
8.2 A assembleia geral de credores	222
8.2.1 A necessidade de instalação da assembleia de credores	224
8.2.2 Controle judicial e autonomia das partes sobre a regularidade do procedimento da assembleia de credores	227
8.2.3 O acordo de credores sobre o exercício do direito de voto	233
8.2.4 Restrição às tutelas de urgência para a suspensão da assembleia de credores e o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	235
8.2.5 A intangibilidade da decisão da assembleia de credores determinada pelo §2º do artigo 39 da LRE e o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional .	240
8.3 Controle judicial e o abuso do direito	242
8.3.1 A repressão ao abuso do direito	243
8.3.2 O desenvolvimento da noção de abuso do direito no ordenamento brasileiro .	250
8.3.3 O abuso do direito como instituto da Teoria Geral	252
8.3.4 A repressão ao abuso do direito no processo de recuperação judicial diante do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	256
8.3.4.1 Abuso do direito pelo devedor	258
8.3.4.1.1 Limites mínimos para a proposta	259
8.3.4.1.2 Controle de legalidade sobre outras condições de atenuação das dívidas: período de carência, prazo de pagamento, juros e correção monetária	263
8.3.4.1.3 Controle de legalidade sobre cláusulas potestativas	268
8.3.4.1.4 Controle de legalidade sobre cláusulas que violem disposição de lei	271
8.3.4.1.5 O controle judicial e o princípio da isonomia na recuperação judicial	273
8.3.4.1.5.1 Divisão das classes em subclasses	279

8.3.4.2	Controle judicial sobre o abuso de direito do credor	284
8.3.4.2.1	O abuso do direito de voto no Direito Societário e a contrariedade a comunhão de interesses	287
8.3.4.2.2	A comparação do conflito de interesses no Direito Societário e no processo de recuperação judicial sob a perspectiva do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	291
8.3.4.2.3	A justificação do voto na recuperação judicial e o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	295
8.3.4.2.4	A análise do abuso de direito cometido por credor com poder de veto ao plano de recuperação	297
8.3.4.2.5	A análise do abuso de direito cometido por credor concorrente do devedor	301
8.3.4.2.6	A análise do abuso de direito cometido por credor cessionário	302
8.3.4.2.7	A análise do abuso de direito pela persecução de fins anormais: a venda do voto	306
8.4	O controle judicial sobre a fraude e a ineficácia dos atos de disposição previstos no plano	308
8.4.1	A eficácia dos atos de disposição praticadas pelo devedor e o fator de consensualidade	309
8.4.2	Análise dos fundamentos da eficácia dos atos de alienação na recuperação judicial	312
8.4.3	Meio de defesa de credor não sujeito à recuperação judicial atingido pelos atos de disposição previstos no plano	316
8.4.4	A extensão do controle jurisdicional sobre os atos de disposição na recuperação judicial	324
8.5	O controle jurisdicional à rejeição do plano de recuperação: o chamado “ <i>cram down</i> ”	329
8.5.1	A extensão do controle jurisdicional diante dos requisitos previstos nos §§ 1º e 2º do artigo 58 da LRE	333

8.5.2 A extensão do controle jurisdicional diante do veto do devedor à alteração do plano proposta pelos credores	338
8.6 Controle de legalidade sobre a modificação do plano de recuperação judicial: da alteração dos elementos da demanda à relativização da coisa julgada	341
8.6.1 A modificação do plano de recuperação judicial e a relativização da coisa julgada formal	343
8.6.2 A modificação do plano e o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional	349
8.7 A decretação da falência na recuperação judicial	353
8.7.1 A decretação da falência por deliberação da assembleia de credores	355
8.7.2 A decretação da falência pela não apresentação do plano de recuperação no prazo fixado na lei	357
8.7.3 A decretação da quebra como decorrência da rejeição do plano de recuperação proposto pelo credor	358
8.7.4 A falência diante do descumprimento das obrigações assumidas no plano aprovado pelos credores e homologado pelo juiz	360
9. CONCLUSÕES DA TERCEIRA PARTE	362
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	366

1. INTRODUÇÃO

1.1 O tema a ser desenvolvido e suas limitações 1.2 Justificativa de escolha do tema, sua importância e contribuição original à ciência brasileira

1.1 O tema a ser desenvolvido e suas limitações

Novos rumos foram trazidos pela Lei n.11.101/05, que, dentre outras inovações, introduziu o instituto da recuperação judicial do qual se pode valer a empresa em crise, regulado por disposições de direito material e processual, como forma de atingir importantes objetivos, especialmente, o da satisfação dos créditos devidos e o da reorganização e conservação da empresa como fonte produtora de riquezas e geradora de empregos, dando passo que almeja a modernização e o desenvolvimento da economia do país.

Em linhas gerais, apesar das críticas que podem lhes ser endereçadas, a nova lei alinhou-se às principais tendências dos sistemas jurídicos modernos¹.

Marcou-se sistematicamente a ruptura em relação ao Direito Concursal anterior e, no que toca à recuperação judicial, sob a nova perspectiva do Direito da Empresa em Crise², revelou-se a mudança de paradigmas ao pretender ampliar a possibilidade de solução negociada entre credores e o devedor comum, vinculando as partes às deliberações tomadas por maioria, com o objetivo da manutenção de organizações viáveis.

O processo de recuperação judicial de empresas constitui o tema central deste trabalho e será enfocado com base em sua principal característica: uma solução mista de controvérsias, que combina consensualidade e jurisdição. Dessa concepção, advém a melhor compreensão dos limites ao poder decisório do juiz e a importância do entendimento direto entre devedor e credores para a solução da crise econômico-financeira vivenciada pela

¹ Como aponta Karsten Schmidt, a comparação jurídica demonstra que os Direitos de Insolvência do mundo se aproximaram e que os conflitos políticos enfrentados pelas legislações são internacionais, devendo os legisladores encontrarem uma justa medida entre a efetividade do direito e a proteção dos credores individuais (Cf. SCHMIDT, Karsten. “Grupos de acreedores, consentimiento obligatorio, prohibición de obstrucción. Reflexiones comparativas sobre el ‘acuerdo preventivo’ y el ‘plan de insolvencia’”, in **Contribuciones para el estudio del Derecho Concursal: Homenaje al Professor Dr. Ariel Á. Dasso**. 1ª ed. Buenos Aires: Ad-hoc. 2005, p.639).

² A partir da segunda metade do século XX, consoante menciona Jorge Lobo, alguns países como a “Austria, Estados Unidos da América, França, Inglaterra, Itália, Portugal, Alemanha e Espanha, empenharam-se na discussão de uma profunda reforma da legislação vigente e promulgaram novas leis, inspiradas na filosofia do direito da insolvência, que tem como matriz e último escopo reerguer a empresa econômica e financeiramente viável, no que passou a denominar-se ‘direito da crise econômica da empresa’ ou ‘direito da empresa em crise’” (Cf. LOBO, Jorge. “O futuro da Lei de Recuperação de Empresa”, in **Revista de Direito Recuperacional e Empresa**. N. 1. Julho - Setembro. São Paulo: Thomson Reuters. 2016, p.1).

empresa, sem que se possa concluir haver violação ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, previsto em sede constitucional.

Apesar de não ser a lide essencial à função jurisdicional³, a litigiosidade é quase uma constante nos processos em geral⁴, justificando uma extensa gama de regras e princípios processuais. Em sentido inverso, o fator de consenso, presente no processo de recuperação judicial, implica em relevantes modificações em muitas dessas regras comuns, como também sensíveis alterações na aplicação de alguns princípios constitucionais voltados ao Direito Processual Civil. A possibilidade de se apresentar a recuperação judicial como uma solução consensual não somente produz alterações relativas ao processo, mas também à composição da lide, como teremos oportunidade de constatar.

A litigiosidade na recuperação decorre da coexistência de interesses legítimos que, apesar de convergirem em alguns momentos, em muitos outros, se contrapõem. São interesses privados e também públicos, cuja verificação de prevalência somente pode ser descrita como resultado de uma análise sistemática *in concreto*⁵: são os interesses da empresa, do empresário, dos credores sujeitos à recuperação judicial, daqueles que a ela não se submetem e, ainda, os legítimos interesses da coletividade, que se referem à eficiência do sistema econômico a ser realizada pela preservação das empresas viáveis e a extinção daquelas que não podem ser reaproveitadas⁶.

³ Cf. CALAMANDREI, Piero. “Il concetto di ‘lite’ nel pensiero di Francesco Carnelutti”, in **Rivista di Diritto Processuale Civile**. Vol. V- Parte I. Padova: CEDAM. 1928, pp.6-7.

⁴ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 14ª edição. São Paulo: Malheiros. 2009, p.55.

⁵ Cf. ÁVILA, Humberto Bergmann. “Repensando o “princípio da supremacia do interesse público sobre o particular”, in **Revista Trimestral de Direito Público** 24. São Paulo: Editora Malheiros. 1998. p.167. Da atrelação dos interesses públicos e privados e até da sua conexão estrutural resulta, como esclarece o autor, que seus conteúdos somente podem ser “descritos como resultado de uma análise sistemática. Somente *in concreto* possuem eles conteúdo objetivamente mínimo e assumem uma relação condicionada de prioridade”. Não seria possível fixar de antemão qual interesse, público ou privado, deve prevalecer (p.167). Note-se, ainda, que na definição de interesse público estão também contidos elementos privados e que interesses privados podem se transformar em interesses públicos, o que contradiz a existência de uma norma-princípio da supremacia do interesse público sobre o privado (p.175).

⁶ Como já observou a doutrina, “a recuperação de empresas não é um fim em si mesmo, na medida em que devem ser preservadas, na recuperação judicial, aquelas que possam demonstrar, através de um plano, sua viabilidade econômico-financeira aos credores; ao passo que as que não consigam tal desiderato, devem ser celeremente retiradas do mercado, dentro das condições atualmente estruturadas no processo falimentar, e que, conforme o caso, poderão permitir a realocação do negócio ao novo titular” (Cf. PUGLIESI, Adriana Valéria. “A responsabilidade patrimonial do falido, a extensão dos efeitos da falência e a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade falida”, in CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015, p.494).

A Lei de Recuperação de Empresas trouxe novos rumos para o Direito Concursal ao colocar nas mãos dos credores a decisão sobre o destino do devedor⁷, limitando em consequência o poder decisório do juiz, ao qual não cabe decidir sobre a viabilidade da empresa, a adequação e a satisfatoriedade da proposta ofertada pelo devedor. Não obstante, imprescindível que o magistrado presida o processo de negociação, assegure o direito de cada uma das partes⁸ e eventualmente de terceiros antigidos pela solução preconizada, velando pela legalidade da solução proposta⁹, de forma a favorecer a solução consensual e a justiça possível do resultado final.

Nessa direção, já se afirmou que a decisão assemblear não pode fugir ao controle jurisdicional por força do disposto no inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal¹⁰; todavia, por outro lado, também já se aduziu que, embora deva haver o controle de legalidade no momento de homologação do plano¹¹, inclusive com a desconsideração de voto exercido de maneira abusiva¹², “não compete ao juiz deixar de conceder a recuperação judicial ou de homologar a extrajudicial com fundamento na análise econômico-financeira do plano de recuperação aprovado pelos credores”¹³, o que evidencia a existência de limites ao seu poder decisório.

Nesse sentido, a tese aqui proposta consiste em comprovar que a limitação do poder decisório do juiz no processo de recuperação judicial não representa, *in abstracto*, e que não deve implicar, *in concreto*, violação ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, previsto em sede constitucional (art. 5º, XXXV, da CF).

⁷ Cf. CEREZETTI, Sheila Christina Neder. “As classes de credores como técnica de organização de interesses: em defesa da alteração da disciplina das classes na recuperação judicial”, *in* TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de e SATIRO, Francisco (coordenadores). **Direito das Empresas em crise: problemas e soluções**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2012, p.380.

⁸ Cf. MUNHOZ, Eduardo Secchi. **Comentários à lei de recuperação de empresas e falências, Lei 11.101/05** – artigo por artigo, SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de e PITOMBO, Antonio Sérgio (coordenadores). 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2007, p.287.

⁹ Conforme o enunciado n.1 da Jurisprudência em Teses do STJ – Recuperação Judicial II, “embora o juiz não possa analisar os aspectos da viabilidade econômica da empresa, tem ele o dever de velar pela legalidade do plano de recuperação judicial, de modo a evitar que os credores aprovelem pontos que estejam em desacordo com as normas legais”.

¹⁰ Cf. BENETTI, Sidnei. “O processo de recuperação judicial”, *in* Luiz Fernando Valente de Paiva (Coord.), **Direito Falimentar e a Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas**. São Paulo: Quartier Latin. 2005, p.237.

¹¹ Enunciado 44 da I Jornada de Direito Comercial: “A homologação do plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle judicial de legalidade”.

¹² Enunciado 45 da I Jornada de Direito Comercial: “O magistrado pode desconsiderar o voto de credores ou a manifestação de vontade do devedor, em razão do abuso de direito”.

¹³ Enunciado 46 da I Jornada de Direito Comercial.

Por outras palavras, pretende-se aqui comprovar que a solução negociada para a crise da empresa no processo de recuperação judicial é compatível com a aplicação do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional previsto em sede constitucional.

A garantia da inafastabilidade, exercida pelo direito de ação, funciona como uma cobertura geral do sistema de direitos; mas a sua amplitude, como pondera Dinamarco, “não é total e absoluta, e nem se aspira a isso”, havendo algumas limitações legítimas, que constituem “fator de racionalidade e realismo no sistema”¹⁴, e outras ilegítimas, que devem ser combatidas.

Assim, com base na compreensão de que o processo de recuperação judicial constitui um sistema misto de solução de controvérsias, que congrega consensualidade e jurisdição, a utilidade da presente tese é representada por seus objetivos, consubstanciados em:

1) Revelar que os meios processuais utilizados durante a história para resolver a chamada crise de adimplência, especialmente no concurso de credores, foram sendo modificados, acompanhando a tendência de humanização e de eficiência dos instrumentos processuais postos à disposição do credor.

2) Demonstrar que o consensualismo constitui hoje importante fator para a solução de litígios, bem como a continuidade da tendência moderna do Direito Concursal, agora sob o prisma do Direito da Empresa em Crise, tanto no Brasil como em outros sistemas contemporâneos.

3) Por em evidência que a atividade do juiz na recuperação judicial, apesar do consensualismo, não deixa de ser jurisdicional, já que não se reduz à administração pública de interesses privados.

4) Permitir compreender que, mesmo sendo jurisdicional a atividade desenvolvida pelo juiz na recuperação judicial, pode sofrer limitações para coexistir teoricamente (*in abstracto*) com a solução negociada para a crise da empresa, eis que há

¹⁴ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. I. 6ª edição. São Paulo: Malheiros, 2009, p.115.

fundamento constitucional a justificar essa limitação, como também para a formação da vontade apoiada sobre o princípio majoritário.

5) Apesar das inúmeras lacunas da Lei n.11.101/05 quanto a aspectos substanciais e processuais, demonstrar a possibilidade da convivência *in concreto* da jurisdição e do consensualismo no processo de recuperação judicial, ou seja, por um lado, que a solução negociada para a crise da empresa não deve importar na violação do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional diante da prática, bem como que, por outro, a autonomia da vontade não pode ser comprometida pela imposição de decisão aos envolvidos, se o consentimento fora manifestado de forma válida e sem prejuízo injustificado às partes e a terceiros.

Para se chegar a posição de equilíbrio preconizada nesse último objetivo, necessário identificar, com base na casuística, os limites do poder jurisdicional e da autonomia da vontade das partes no processo de recuperação judicial, para por em evidência quais questões ficam sob controle judicial, no momento da homologação da decisão da assembleia de credores, e quais questões não devem ser submetidas ao chamado “controle de legalidade” exercido pelo órgão jurisdicional, para que não se comprometa a solução negociada.

Cada objetivo acima referido corresponde à finalidade de um dos capítulos do presente trabalho, reservando-se para este último a análise das tendências da jurisprudência brasileira a respeito da observância ou não das decisões das assembleias de credores em relação à aprovação ou rejeição do plano de recuperação.

1.2 Justificativa de escolha do tema, sua importância e contribuição original à ciência brasileira

A Lei de Recuperação de Empresas contém disposições de direito material e de direito processual, no intento de congregar meios e fins para a disciplina do tratamento da crise

da empresa de forma global, o que não poderia ser diferente, porque não se pode considerar o Direito como sendo constituído de compartimentos estanques¹⁵.

Em muitas situações, para se determinar o exato alcance de um dispositivo, é necessário verificar quais são os interesses protegidos, moldando-se, então, os instrumentos a serem utilizados, sem levar às últimas consequências, também, a divisão entre interesses públicos e privados, que muitas vezes se encontram em situação de intersecção. Nesse sentido, aspira-se com a nova lei dar tratamento coletivo, processual e substancial¹⁶, a interesses que somente à primeira vista parecem ser exclusivamente individuais, mas que, em realidade, atingem a um grande número de pessoas, às vezes, até indeterminado, eis que as consequências propagadas pela crise da empresa podem ser sentidas não apenas por seus credores, como também na economia do país de origem e, a depender das dimensões das atividades desenvolvidas, além de suas fronteiras.

Há que se pensar, assim, no processo de recuperação judicial sob o prisma de potencial meio de solução de controvérsias de forma coletiva e, sob aspecto mais amplo, questionar se esse instrumento é adequado ao tratamento dos conflitos de interesse, na medida em que traz para o processo o fator de consensualidade, com inúmeros resultados que devem ser considerados.

Veja-se que, como relação direta da crise da empresa, dentre outras consequências, assiste-se ao aumento da litigiosidade e a multiplicação de conflitos, que se refletem certamente na sobrecarga excessiva de processos, clamando por meios de solução

¹⁵ Cf. BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo**: influência do direito material sobre o processo. 6ª edição. São Paulo: Malheiros. 2011, p.12. Consoante ressalta o autor, “os aspectos fundamentais do direito processual são concebidos à luz da relação jurídica material. As questões maiores do processo são solucionadas com dados inerentes à relação da vida e ao direito substancial que a regula. Daí porque, embora fenômenos distintos, há entre processo e direito material evidente nexos unindo o meio ao fim” (p.18).

¹⁶ Como pondera Fábio Tabosa, é “inegável que o direito material e o processual se comunicam e alimentam constante e necessariamente, bem como que o direito processual, por se voltar à aplicação do outro, acaba por receber o impacto das vicissitudes, dificuldades e valores que permeiam as relações substanciais litigiosas, deixando-se influenciar pelo direito material. As categorias do direito processual acabam por ser, de forma mais ou menos intensa, moldadas pelo direito material e, por isso, advoga-se o estreitamento mínimo indispensável da linha divisória de cada um dos campos” (PESSOA, Fábio Guidi Tabosa. “Tutela executiva e prescrição”, cit., in **40 anos da Teoria Geral do processo no Brasil**, 1ª edição. São Paulo: Malheiros. 2014, p.256).

adequados e eficientes¹⁷. A coletivização constitui hoje uma das faces de um movimento de grandes proporções, a universalização da tutela jurisdicional¹⁸.

Nesse contexto, procurando conferir novos rumos ao chamado “Direito da Empresa em Crise” e abandonando o antigo instituto da concordata, que muitas vezes se prestava ao abuso do direito¹⁹, merece atenção o processo de recuperação judicial como importante forma de congregação da multiplicidade de interesses colidentes em causa, que pretende solucionar não apenas conflitos atinentes à crise de adimplemento, mas inúmeros problemas socioeconômicos decorrentes. É notável a pluralidade de direitos subjetivos que pode envolver e a quantidade de conflitos que podem ser solucionados por meio de um único processo, sem que se perca de vista, ainda, a ideia de responsabilidade social da empresa e os compromissos que a ligam à comunidade²⁰.

E a forma de enfrentar esses problemas se destaca, inovadoramente, pela junção dos meios consensual e jurisdicional, em uma só instrumento de solução de controvérsias, com todo o potencial do seu escopo pacificador²¹.

¹⁷ Como adverte Watanabe, o Poder Judiciário nacional “está enfrentando uma intensa conflituosidade, com sobrecarga excessiva de processos, o que vem gerando a crise de desempenho e a consequente perda de credibilidade. A situação é decorrente, em grande parte, das transformações porque vem passando a sociedade brasileira, de intensa conflituosidade decorrente de inúmeros fatores, um dos quais é a economia de massa. Alguns desses conflitos são levados ao Judiciário em sua configuração molecular, por meio de ações coletivas, mas a grande maioria é judicializada individualmente, com geração, em relação a certos tipos de conflitos, do fenômeno dos processos repetitivos, que vem provocando a sobrecarga de serviços no Judiciário”. Lembra ainda o processualista que falta no Brasil uma política pública abrangente de tratamento adequado dos conflitos de interesses que ocorrem na sociedade, para modificar a mentalidade e criar uma cultura de pacificação. (WATANABE, Kazuo. **“Política pública do Poder Judiciário nacional para tratamento adequado de conflitos de interesse”**. Disponível em <[www.tjsp.jus.br/download/conciliação/nucleo/parecer kazuo watanabe.pdf](http://www.tjsp.jus.br/download/conciliação/nucleo/parecer%20kazuo%20watanabe.pdf)>. Último acesso em 23.12.2016).

¹⁸ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do processo civil moderno**. 6ª edição. Vols. I, São Paulo: Malheiros, 2010, p.147.

¹⁹ Como ressalta Verçosa, “a história do instituto mostra alguns concordatários que eram useiros e vezeiros na sua abusiva, até mesmo abrindo novas empresas para passar por cima do limite legal de cinco anos acima mencionado. Desta forma podia-se dizer que a concordata havia sido transformada em um favor legal para o comerciante desonesto e de má-fé, porém esperto em seus negócios” (VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. “Recuperar ou não recuperar, eis a questão: o poder/dever do juiz objetivando a preservação da empresa – configuração e limites”, in CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015, p.354).

²⁰ Como pondera Zamenfeld, o tema da responsabilidade social das empresas “és de índole política e económica – de sustancia jurídica, de las que participan ramas diversas del derecho público y privado, particularmente el laboral, el administrativo y el ambiental. La temática, como és obvio, no es más que una de las consecuencias que la globalización ha producido sobre las empresas en materia de compromissos con la comunidad local y global, dicho esto último pensando en todas ellas, transnacionales y locales, grandes, pequeñas y medianas, sobre todo, particularmente entre nosotros, en las primeras” (ZAMENFELD, Víctor. “Sobre responsabilidad social de las empresas”, in **Contribuciones para el estudio del Derecho Concursal: Homenaje al Professor Dr. Ariel Á. Dasso**. 1ª edição. Buenos Aires: Ad-hoc. 2005. p.740).

²¹ Referindo-se ao escopo pacificador, observa Dinamarco que esse é o verdadeiro fator de legitimidade da jurisdição no Estado moderno e, “ao se falar do direito substancial como portador de critérios

Tenha-se em conta que a efetividade do processo de recuperação corresponde à conciliação entre os objetivos da superação da crise da empresa e o atendimento dos diversos interesses ou, não sendo viável a empresa, na possibilidade de sua rápida e eficiente liquidação, em prazo razoável, com o aproveitamento de seus ativos²².

Considerando que não há na LRE uma disciplina clara e precisa a respeito dos limites entre a jurisdição e a autonomia da vontade a serem observados no decorrer do processo e especialmente no momento da homologação ou rejeição do órgão judicial às deliberações da assembleia geral de credores, aqui reside a contribuição doutrinária ora pretendida.

Com a preconização do método consensual para a solução dos conflitos entre devedor e credores e a necessidade de serem atendidos os princípios constitucionais voltados ao processo, já começa a se dividir a doutrina, que pondera que “os discursos nesses últimos anos ora pendem à linha de que a negociação, puramente contratual, afasta outra interpretação que não a prevalência do interesse dos credores; ora seguem em direção diametralmente oposta, sustentando posição de que o Judiciário possui contornos constitucionais que não podem ser ignorados na condução do processo falimentar-recuperatório”²³.

A perspectiva, portanto, é construtiva, justificando a escolha que ora se faz, fundada na análise da limitação do poder decisório do juiz sob a ótica da inafastabilidade do controle jurisdicional. Não há, em nossa doutrina, trabalho direcionado exclusivamente à questão referida, que aborde, em termos amplos, o confronto entre a solução negociada

para a tutela jurisdicional e ao examinar as técnicas processuais capazes de efetivá-la em casos concretos, é preciso ressaltar esses meios alternativos”. Concluindo, “tudo que interessa ao processualista moderno é o esclarecimento e agilização dos meios de acesso à ordem jurídica justa, mediante um sistema em que figure como estrela de primeira grandeza a preocupação pelos resultados” (Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Fundamentos do processo civil moderno**, cit., 6ª edição. vol. I, p.392).

²² Cf. VASCONCELOS, Ronaldo. **Princípios processuais da recuperação judicial**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2012. p.74. Como pondera o autor, “sob qualquer ponto de vista, não se mostra desejável que uma empresa economicamente inviável obtenha o deferimento da recuperação judicial somente por meio da instituição de estratégia oportunista pelo devedor para a aprovação de seu ‘plano de recuperação’. Do mesmo modo, socialmente danosa é a decisão que determina a falência de uma empresa viável e que desempenhe função social relevante” (p.74).

²³ Cf. NEGRÃO, Ricardo. “O papel do Judiciário na homologação do plano”, in ABRÃO, Carlos Henrique, ANDRIGHI, Fátima Nacy e BENETI, Sidnei (coordenadores), **10 anos de vigência da Lei de Recuperação e falência (Lei n.11.101/05)**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2015, p.105.

(consensualidade) e os possíveis conflitos que não podem ser afastados do controle jurisdicional, delineando os limites do chamado “controle de legalidade”.

A originalidade se revela, assim, pelo estudo do processo de recuperação judicial como um sistema processual próprio, que se funda sobre a consensualidade, e se estende à perquirição dos motivos pelos quais o acordo de vontades não pode alterar as garantias constitucionais voltadas ao processo, principalmente do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, diante de credores dissidentes e daqueles que não se sujeitam à recuperação, sob pena de se comprometer o processo como ferramenta do Direito Público, destinada à solução de litígios, com escopos que podem e devem ser concretizados²⁴ e que, especificamente na recuperação judicial, devem se fundar na ética e objetivar solucionar a crise econômico-financeira do devedor e preservar, na medida do possível, a empresa e todas as expectativas sociais dela decorrentes²⁵.

Veja-se que a lei, na especificação de objetivos a serem alcançados no processo de recuperação judicial²⁶, procura tornar concretos os preceitos constitucionais que preceituam a função social da propriedade²⁷, em gênero (art.170, III), e da empresa²⁸, em espécie (art.5º, XXIII), de forma atender os fundamentos do Estado Democrático de Direito,

²⁴ É de suma importância não perder de vista a consideração de que “o processo vale pelos resultados que produz na vida das pessoas ou grupos, em relação a outras ou aos bens da vida” (Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**, cit., vol. I., p. 111).

²⁵ Consoante enfatiza Jorge Lobo, a “recuperação judicial é o instituto jurídico, fundado na ética da solidariedade, que visa sanear o estado de crise econômico-financeira do empresário e da sociedade empresária com a finalidade de (a) preservar os negócios sociais e estimular a atividade empresarial, (b) garantir a continuidade do emprego e fomentar o tratamento do trabalho humano e (c) assegurar a satisfação, ainda que parcial e em diferentes condições, dos direitos e dos interesses dos credores e impulsionar a economia creditícia...” (“Cessão fiduciária em garantia de recebíveis performados e a performar”, in ABRÃO, Carlos Henrique, ANDRIGHI, Fátima Nacy e BENETI, Sidnei (coordenadores), **10 anos de vigência da Lei de Recuperação e falência (Lei n.11.101/05)**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2015, p.81).

²⁶ Cf. art.47 da LRE.

²⁷ Como tem demonstrado a História, a funcionalização do direito de propriedade constitui um longo processo que sofre alterações à medida que se modificam as relações de produção (Cf. SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 6ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1990, p.249).

²⁸ Ao se tomar a função social da propriedade como um dos princípios da ordem econômica estende-se a sua funcionalização a todo e qualquer direito de propriedade e a principal importância dessa conclusão “está na sua compreensão como um dos instrumentos destinados à existência digna de todos e da justiça social. Correlacionando essa compreensão com a valorização do trabalho humano (art.170, *caput*), a defesa do consumidor (art.170,V), a defesa do meio ambiente (art.170, VI), a redução das desigualdades regionais e sociais (art.170, VII), e a busca do pleno emprego (art. 170, VIII), tem-se configurada a sua direta implicação com a propriedade dos bens de produção, especialmente imputada à empresa, pela qual se realiza e efetiva o poder econômico, o poder de dominação empresarial” (Cf. SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**, cit., 6ª edição, p.683).

atinentes à dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (art.1 º, III e IV).

Por outro lado, todos esses objetivos e as consequências favoráveis em termos de eficiência econômica devem ser alcançados pelo sistema consensual, com a adoção da solução negociada para a crise. A imposição de decisões judiciais que selariam o destino da empresa e resolveriam as questões do processo, por regra, não resolvem os problemas que originam a litigiosidade; a solução idealizada deve ser obtida pelo apoio dos credores ao reerguimento do devedor, algo que é absolutamente imprescindível e certamente não se coaduna com uma solução imposta às partes.

Mas, por outro lado, certas situações não devem escapar ao controle judicial, sob pena de se comprometer a justiça da solução encontrada. Há hipóteses limites, que aparentam a necessidade de se conhecer sobre os termos do plano, para se decidir sobre eventuais alegações de violação aos direitos dos envolvidos pelas medidas propostas e aprovadas pela maioria dos credores.

Em vista da junção de meios tão distantes em um só instrumento processual, é preciso alcançar o equilíbrio entre a solução negociada e o controle jurisdicional, para que a primeira não suplante legítimos direitos e para que o segundo não imponha simplesmente uma solução de sacrifício, sem a esperada eficiência econômica que se poderia alcançar.

As respostas que se procuram serão buscadas por uma visão multidisciplinar. É preciso lembrar, recordando lição de Liebman, que os diversos ramos do Direito, que por comodidade são estudados separadamente, apesar de serem distintos uns dos outros por apresentarem diferenças em seu objeto, são, todavia, partes constitutivas de uma unidade, coligadas por um princípio de coerência que torna esta unidade indivisível, pelo que cada uma destas partes não pode ser entendida verdadeiramente se não relacionada ao todo ao qual pertencem²⁹.

²⁹ Cf. LIEBMAN, Enrico Tullio. “Diritto Costituzionale e Processo Civile”, *In Rivista di Diritto Processuale Civile*. Padova: Casa Editrice Dott. Antonio Milani. 1952, pp.327-328.

9. CONCLUSÕES DA TERCEIRA PARTE

Os meios processuais utilizados pelo Direito Concursal sofreram profundas alterações ao longo da história, acompanhando as tendências de humanização e de eficiência dos respectivos instrumentos e, no ponto atual desse percurso, o consensualismo, apoiado sobre a autonomia da vontade das partes, constitui hoje um dos principais instrumentos postos à disposição do chamado Direito da Empresa em Crise, tanto no Brasil como em outros sistemas contemporâneos, embora sob diferentes medidas e com características próprias, moldadas ao contexto de cada país.

No Direito brasileiro vigente, a noção de que os direitos não são absolutos e o conhecimento das limitações derivadas da função social que lhes é atribuída, permite conceber, ao menos teoricamente, um sistema misto de solução de controvérsias voltado à crise da empresa e à reorganização do devedor, que combina os distantes instrumentos da negociação e do exercício da jurisdição.

Se as demonstrações desses fatos constituíram os objetivos das duas partes anteriores do presente estudo, nesta, voltou-se a atenção à convivência, na prática, entre a autonomia da vontade e o poder jurisdicional, esboçando o necessário contorno de seus limites, sem pretender esgotar o que parece ser inesgotável, as questões que se submetem aos nossos tribunais, absolutamente fundamentais para garantir a proteção aos diversos interesses em questão no processo de recuperação judicial, mas que não podem por em risco o sistema de negociação, que constitui o meio ideal para equacionar os problemas relacionados à crise da empresa.

A busca pela estabilidade desse modelo implica na necessária delimitação dos poderes dos sujeitos processuais na recuperação judicial e não raramente leva os tribunais à questão de decidir o que decidir, tarefa nem sempre fácil, especialmente diante das lacunas da LRE, seja pela ausência de disciplina ou pelo regramento insuficiente da lei sobre temas de grande relevância para os objetivos traçados pelo legislador.

Essas lacunas podem ser sentidas em temas do direito material e do processo, relacionados ao litisconsórcio ativo, indispensável para enfrentar a crise econômico-financeira de grupos de empresas; de muitas questões que giram em torno da assembleia de

credores, para o favorecimento de um ambiente de negociação sem que se comprometa a validade de suas deliberações; sobre as diversas modalidades em que se pode manifestar o abuso do direito, seja por parte do devedor, nos termos de sua proposta, como também pelo exercício do direito de voto pelos credores; a respeito da fraude e da ineficácia dos atos de disposição previstos no plano, que podem comprometer legítimos interesses de credores dissidentes ou dos que não se sujeitam ao processo concursal; da superação judicial do veto dos credores à proposta do devedor; em relação à possibilidade de apresentação de novo plano já na fase de cumprimento da recuperação, diante do agravamento da crise ou da insuficiência das soluções aprovadas em plano anterior, e o consequente problema da desconsideração da coisa julgada formal, e ainda das diversas situações que podem ensejar a decretação da falência da recuperanda nas sucessivas fases do processo.

O sistema consensual instituído pela Lei n.11.101/05 e a disciplina incompleta da lei sobre os temas referidos levam a pensar se o consenso da maioria importaria na mitigação do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional e se a assembleia de credores seria absolutamente soberana, estando o Judiciário vinculado às suas decisões.

De maneira geral, “cada vez encontra maior aplauso a ideia fundamental do movimento reformador no sentido de atribuir ao juiz maior liberdade”¹⁴⁵⁷; não obstante essa constatação, a cobertura geral do sistema de direitos e a garantia constitucional da ação e da inafastabilidade da tutela jurisdicional não é total e nem absoluta, havendo limitações legítimas, que constituem “fator de racionalidade e realismo no sistema”, e outras ilegítimas, que não podem ser aceitas¹⁴⁵⁸.

A soberania da assembleia de credores para a aprovação ou rejeição do plano de recuperação judicial constitui uma dessas limitações à tutela jurisdicional, prevista pelo sistema da LRE e acolhida na jurisprudência, que tem reconhecido, como vimos, que ao magistrado não compete a análise sobre a viabilidade da empresa, a factibilidade do plano e a sua potencial eficácia para a superação da crise econômico-financeira do devedor. Principalmente, cabe ao credor decidir, dentro de parâmetros razoáveis, sobre as questões econômicas surgidas no processo de reorganização da empresa, em especial, se aceita ou não

¹⁴⁵⁷ Cf. HECK, Philipp. **Interpretação da lei e jurisprudência dos interesses**, cit., tradução de José Osório, 1947, p.5.

¹⁴⁵⁸ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**, cit., vol. I., p.115.

a proposta do devedor, algo que deve fazer imbuído do normal interesse de minimização dos prejuízos.

Embora a lei não tenha dado uma fórmula para definir o que a doutrina e a jurisprudência têm chamado de “controle de legalidade”, que se refira aos limites da atividade jurisdicional em todas as questões aqui suscitadas e em outras que podem surgir no processo de recuperação, da qual se poderia deduzir, por exclusão, também os limites da autonomia da vontade, deve-se entendê-lo de forma mais ampla como o controle de conformidade ao Direito, tanto para temas do direito material como para o processo, que devem ser aproximados e dirigidos por caminhos que não levem a soluções injustas.

E, nesse contexto, nem sempre o órgão judicial fica vinculado ao resultado do consenso das partes, tanto em matéria processual quanto em relação às questões substanciais que podem surgir no processo de recuperação.

Sob aspectos processuais, como nas deliberações da assembleia de credores sobre questões procedimentais, sobre a formação do litisconsórcio ativo ou mesmo em relação a outras questões aqui tratadas, há que se respeitar o que é cogente no processo civil, embora deva se reconhecer que nem sempre há clareza sobre o que é ou não imperativo no processo civil. Talvez um bom critério seja aquele de identificar nas regras processuais criadas pelas partes aquelas que atentam ou não contra os objetivos da jurisdição.

Some-se que sistema instituído pela Lei n.11.101/05, tendo em conta a coexistência de interesses públicos e privados, individuais e coletivos, deve ser interpretado de forma a possibilitar, *in concreto*, a utilização de mecanismos processuais, às vezes não expressos na lei, para a proteção de interesses do devedor, de credores, ainda que não submetidos à recuperação, não atribuindo exclusivamente a um dos sujeitos processuais a decisão sobre os destinos da empresa, ao contrário do que possa parecer.

Considera-se como solução ideal aquela construída pelas partes no processo, até mesmo diante da necessidade de continuidade das atividades empresariais e, em muitas situações, de novos investimentos para enfrentar a crise da empresa, objetivos que não são alcançados com soluções impostas. Não obstante, não há que se abdicar da tutela jurisdicional para o devedor, ainda que diante de hipótese de decretação da falência; para os credores, até mesmo aqueles que rejeitaram o plano aprovado ou que aceitaram a proposta que fora recusada pela maioria na assembleia; como ainda não se pode prejudicar aqueles que estão fora do processo em favor daqueles que dele participam, devendo lhes ser

franqueado o acesso à relação processual e as respectivas garantias, caso necessário, para que a recuperação judicial solucione problemas de forma equânime.

Para o devedor que teve o plano rejeitado e para os credores dissidentes da maioria há situação semelhante à perspectiva da parte vencida no processo de conhecimento, que teve contra si decisão de mérito, mas que nem por isso deixa de ser destinatária da tutela jurisdicional.¹⁴⁵⁹

Não se olvide, ainda, mesmo diante da disponibilidade dos direitos individuais em questão, que também a sociedade é destinatária da tutela jurisdicional no processo de recuperação, posto que, apesar de econômicos e financeiros os problemas relacionados à crise da empresa, nunca deixam de refletir socialmente suas consequências.

O sensível equilíbrio entre o exercício do poder jurisdicional e a solução negociada é essencial para que a solução alcançada não implique maiores sacrifícios do que aqueles que inevitavelmente seriam sentidos pelos envolvidos e para equacionar os problemas relacionados à crise da empresa, objetivo principal do processo introduzido pela Lei de Recuperação.

¹⁴⁵⁹ Consoante esclarece Yarshell, “é possível falar em tutela jurisdicional do demandado e até mesmo do vencido porque a tutela não está apenas no resultado do processo, mas nele próprio”, como instrumento destinado a realização do direito material. A tutela jurisdicional não se reduz apenas ao resultado favorável a uma das partes, mas deve abranger os meios predispostos ao exercício da jurisdição (YARSHELL, Flávio Luiz. **Curso de Direito Processual Civil**, cit., 1ª ed., vol. I, 2014, p.79). Como reiteradamente se tem apontado, a tutela jurisdicional deve, na prática, estar presente no processo de recuperação judicial para a garantia de regularidade do procedimento, que deve atender aos fins que se destina; para as oportunidades de postulação de pretensões, na possibilidade do exercício de posições de vantagens ao longo do processo e na possibilidade de efetiva participação do processo a aqueles que por ele são atingidos.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Carlos Henrique. “A crise da empresa e os meios recuperacionais”, *in Revista de Direito Recuperacional e Empresa* **1**. São Paulo: Thomson Reuters. 2016.

_____ e TOLEDO, PAULO F. C. Salles de. **Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falências**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2005.

ABRÃO, Nelson. **Curso de Direito Falimentar**. 5ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1997.

ABREU, Jorge Manoel Coutinho de. **Do abuso de Direito** – Ensaio de um critério em Direito Civil e nas deliberações sociais. 1ª edição. Coimbra: Almedina. 2006.

ABRIANI, N. et al. **Diritto falimentare**: Manual breve. 1ª edição. Milão: Giuffrè. 2008.

ADAMEK, Marcelo Vieira Von. **Abuso de minoria em Direito Societário** (Abuso de Posições Subjetivas Minoritárias). Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2010.

ALCALÁ-ZAMORRA y CASTILLO, Niceto. “Premisas para determinar la índole de la llamada jurisdicción voluntaria”, *in Studi in onore di Enrico Redenti*. V. I. Milão: Giuffrè. 1951.

_____. **Proceso, autocomposicion y autodefensa**. 2ª edição. México: UNAN. 1970.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2ª edição. 2ª tiragem. São Paulo: Malheiros. 2011. Tradução de Virgílio Afonso da Silva.

_____. “Epílogo a la Teoría de los derechos fundamentales”, *in Revista Española de derecho Constitucional* **66**. Ano 22. Setembro-dezembro de 2002.

AMBROSINI, Stefano. “Soddisfazione dei crediti e risoluzione nel concordato preventivo: profili di interferenza tra diritto concorsuale e disciplina codicista”, *in Il nuovo*

concordato preventivo a seguito della riforma. *Quaderni* n°43. Milão: SAF Luigi Martino. 2012. Pp.28-32.

_____. “**La deliberazione del concordato in Crisi d’impresa e Fallimento**”. Data de publicação: 31.05.2014. Disponível em <http://www.ilcaso.it/articoli/cri.phd?id_cont=428.php>. Último acesso em: 25.09.2017.

AMENDOEIRA JUNIOR, Sidnei. **Fungibilidade de meios**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2006.

SILVA, José Anchieta. “O plano de recuperação judicial (O plano além do plano)”, in CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

ANDRADE, Érico. “As novas perspectivas do gerenciamento e da contratualização do processo”, in **Revista de Processo** 193. São Paulo: Revista dos Tribunais. Março/ 2011.

ANDRADE, Ronaldo Alves. “Comentários aos artigos 35 a 46- Da assembleia geral de credores”, in Newton de Lucca e Adalberto Simão Filho (coordenadores), **Comentários à nova Lei de Recuperação de Empresas e Falências**, 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin. 2005.

ANDREWS, Neil, “Relações entre a Corte e as partes na era do case management” in **Revista de Processo**. N.217. 2013.

ANDRIGHI, Fátima Nacy. “Do caráter extraconcursal dos créditos falimentares decorrentes de obrigações contraídas pelo devdor durante a recuperação judicial”, in ABRÃO, Carlos Henrique, ANDRIGHI, Fátima Nacy e BENETI, Sidnei (coordenadores), **10 anos de vigência da Lei de Recuperação e falência (Lei n.11.101/05)**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2015.

ARANGIO-RUIZ, Vincenzo. **Instituzioni di Diritto Romano**. 11ª edição. Napoles: Casa Ed. Dott. Eugenio Jovene. 1962.

ARMELIN, Donaldo. “Flexibilização da coisa julgada”, in **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**. Número especial. Jan./Dez 2003.

ARNOLDI, Paulo R. Colombo. “Análise econômico-jurídica da Lei de falências e de recuperação de empresas de 2005”, in **Contribuciones para el estudio del Derecho Concursal: Homenaje al Professor Dr. Ariel Á. Dasso**. 1ª edição. Buenos Aires: Ad-hoc. 2005. Pp.135-153.

ASCARELLI, Tulio. “Interesse sociale e interesse comune nel voto”, in **Rivista Trimestrale del Diritto e Procedura Civile**. Ano V. 1951. Milão: Giuffrè. Pp.1145-1167.

_____. “Sui potere della maggioranza nelle società per azione ed alcuni loro limiti”, in **Rivista del Diritto Commerciale**. Ano XLVIII. 1950. Pp. 169-197.

ASQUINI, Alberto. “Perfis da empresa”, in **Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro** 104. Outubro- dezembro. 1996. Pp. 105-126. (Tradução de Fábio Konder Comparato do artigo original: “Profillo dell’impresa”, in **Rivista del Diritto Commerciale e del Diritto Generale delle obbligazioni** 41. N.1. 1943. Pp.75 e s.s)

ASSIS, Araken. **Manual da execução**. 19ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2017.

ÁVILA, Humberto Bergmann. “A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade”, in **Revista de Direito Administrativo** 215. Janeiro/março de 2009. Pp. 151-179.

_____. “Repensando o “princípio da supremacia do interesse público sobre o particular”, in **Revista Trimestral de Direito Público** 24. São Paulo: Editora Malheiros. 1998. Pp.159-179.

AYDOGDU, Roman. “Atualités en matière de liquidation (déficitaire)” in THIRION, Nicolas (coord.) **Reorganisation judiciaire, faillite, liquidation déficitaire**. Actualisés et pratique. V. 120. Liège: Athemis. 2010.

AYOUB, Luiz Roberto e CAVALI, Cássio. **A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense. 2016.

AZAR, Ziad Raymond. “Bankruptcy policy: an empirical investigation of 50 jurisdictions worldwide”, in **American Bankruptcy Law Journal** 82 (2008). Pp. 1-100. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1079724>>. Último acesso em: 15.11.2017.

AZEVEDO, Luiz Carlos de. **Um estudo da penhora**. São Paulo: Resenha.1993.

AZZOLINA, Umberto. **Il fallimento e le altre procedure concursali**. 1961.

AZZONI, Clara Moreira. **Ação revocatória: a dimensão da dicotomia “ineficácia objetiva” e “ineficácia subjetiva”** (artigos 129 e 130 da Lei 11.101/05). Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da USP. 2012.

BAIRD, Douglas G. “Substantive Consolidation Today”, in **Boston College Law Review** 47 (2005). Pp.5-22. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2020&context=journal_articles>. Último acesso em 15.11.2017.

_____. “Bankruptcy’s Uncosted Axioms”. **Yale Law Journal** 108 (1998-1999). Pp.573-599. Disponível em: <http://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2012&context=journal_articles>. Último acesso em 15.11.2017.

_____; RASMUNSEN, Robert K. “The end of *Bankruptcy*”, in **Stanford LAW Review** 55 (2002-2003). Disponível em: <<http://www.law.uchicago.edu/Lawecon/index.html>>. Último acesso em 15.11.2017.

BALZ, Manfred. “Market conformity of insolvency proceedings: policy issues of the german insolvency law”, in **Brooklyn Journal of International Law** 23. 1997. Pp.167-179. Disponível em: <<http://brooklynworks.brooklaw.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1673&context=bjil>>. Último acesso em 15.11.2017.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. “Convenções das partes sobre matéria processual”, in **Temas de Direito Processual Civil**. 3ª série. São Paulo: Saraiva. 1984.

_____. “Considerações sobre a chamada ‘relativização’ da coisa julgada material”, in **Temas de Direito Processual Civil**. 9ª série. São Paulo: Saraiva. 2007.

_____. “Privatização do processo?”, in **Temas de Direito Processual** (sétima série). 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2001.

BARROS NETO, Geraldo Fonseca. **Aspectos processuais da recuperação judicial**. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica. 2012.

BASTOS, Joel Luis Thomaz. “Liticonsórcio ativo e consolidação substancial na recuperação judicial”, In: ELIAS, Luis Vasco (Coord.), **10 anos da Lei de Recuperação de Empresas e Falências**: reflexões sobre a reestruturação empresarial no Brasil. São Paulo: Quartier Latin. 2015. Pp.211-218.

BATISTA, Carolina Soares João, CAMPANA FILHO Paulo Fernando, Miyazaki, Renata Yumi e CEREZETTI, Sheila Christina Neder. “Contribuições Interpretativas “*Best Interest of Creditors*” ou “*Unfair Discrimination*”, in **RDM 143**. Pp.202-242.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo**: influência do direito material sobre o processo. 6ª edição. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. “Instrumentalismo e garantismo: visões opostas do fenômeno processual?” in **Garantismo Processual. Garantias constitucionais aplicadas ao processo**. 1ª edição. São Paulo: Gazeta Jurídica. 2016.

BENETTI, Sidnei. “O processo de recuperação judicial”, in Luiz Fernando Valente de Paiva (Coord.), **Direito Falimentar e a Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas**. São Paulo:Quartier Latin. 2005.

BERIZONCE, Roberto Omar. “El principio de colaboración procesal y el régimen de la prueba em el proceso por audiencias”, in **La prueba**, homenaje al maestro Hernando Devis Echandia. 1ª edição. Bogotá: Universidad Libre. 2002.

BEZERRA FILHO, Manuel Justino. **Lei de Recuperação de empresas e falência comentada**. 10ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.

BIANCO, Carlo. “Il concordato preventivo in continuità”, in **Il nuovo concordato preventivo a seguito della riforma**. *Quaderni* nº43. Milão: SAF Luigi Martino. 2012. Pp.59-69.

BOWLING, Scott R. “**Substantive consolidation and parties’incentives in Chapter 11 proceedings**”, disponível em <<https://annualsurveyofamericanlaw.files.wordpress.com/.../341-b.>>. Último acesso em 07/04/2017.

BONICIO, Marcelo José Magalhães. **Proporcionalidade e processo**. 1ª edição. São Paulo: Atlas. 2006.

_____. **Princípios do processo no novo Código de Processo Civil**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2016.

BORBA, José Eduardo Tavares. **Direito Societário**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Renovar. 2010.

BORGES FILHO, Daltro de Campos. “A eficiência da lei n. 11.101 e os enunciados 44, 45 e 46 da 1ª Jornada de Direito Comercial”, in CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

_____; LEVY, Daniel de Andrade. “A sucessão das dívidas resultantes da Lei Anticorrupção (Lei n.12.846/2013) na recuperação judicial”, in **Revista do Advogado. São Paulo. V.36**. n.131. Outubro. 2016. Pp.42-54.

BORGES, Marcos Afonso. Jurisdição Voluntária. Direito Processual Civil. Conferências, in **Revista de Processo**. Vol. 11-12. São Paulo: RT. Julho-dezembro de 1978. Pp. 209-219.

BRAICK, Patrícia Ramos. Mota, Miriam Becho. **História das cavernas ao terceiro milênio**. 3º edição. São Paulo: Moderna.

BROUDE, Richard F. “Cramdown and Chapter 11 of the Bankruptcy Code: The Settlement Imperative”, in **The Business Lawyer** 39, no. 2, 1984, pp. 441–454. Disponível em: <*JSTOR*, JSTOR, www.jstor.org/stable/40686562>. Último acesso em 29.08.2017.

BRUNET, Andrée. “Propos critiques sur le projet de reforme du droit français de la fallite”, in **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**. Ano 10. N.36. Abril-junho de 2007. São Paulo: Revista dos Tribunais.

BUENO, Cassio Scarpinella. “Ensaio sobre o cumprimento das sentenças condenatórias”, in **Revista de Processo**. Ano 29. Janeiro – fevereiro de 2004. Pp.22-76.

BUSCHINELLI, Gabriel Saad Kik. **Abuso do direito de voto na assembleia geral de credores**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2014.

_____. “Cessão de crédito na recuperação judicial”, in CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

BUZAID, Alfredo. **Do concurso de credores no processo de execução**. São Paulo: Saraiva. 1º edição. 1952.

CABRAL, Antonio do Passo. **Convenções processuais: entre o privatismo e o publicismo**. Tese de livre docência apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2015.

CADIET, Loic. “Les conventions relatives au procès n droit français sur la contractualisation du règlement des litiges”, in **Revista de Processo 160**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Jun./ 2008.

CAETANO, Marcelo. **História do Direito Português**. 3ª edição. Lisboa: Editorial Verbo.

CAFFI, Mario. “I Concordati”, in **“Il Diritto Fallimentare riformato”**. 1ª edição. Padova: CEDAM. 2008. Pp.101-110.

CALAMANDREI, Piero. “Il concetto di ‘lite’ nel pensiero di Francesco Carnelutti”, in **Rivista di Diritto Processuale Civile V- Parte I**. Padova: CEDAM. 1928. pp.1-22.

CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira. “Créditos submetidos à recuperação judicial”, in LUCCA, Newton de e VASCONCELOS, Miguel Pestana (coordenadores),

Falência, Insolvência e Recuperação de Empresas – Estudos Luso-brasileiros. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2015.

_____. “Reflexão sobre o litisconsórcio ativo entre empresas componentes de grupo econômico na recuperação judicial”, *in* YARSHELL, Flávio Luiz e PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coordenadores). **Processo Societário II**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2015.

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e Recuperação de Empresa**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Renovar. 2015.

CANOTILHO, J.J. Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª edição. Coimbra: Almedina. 2003.

CAPONI, Remo. “Autonomia privata e processo civile: gli accordi processuali”, *in* **Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**. Ano LXII – Suplemento n.3. Milão: Giuffrè. Setembro 2008.

CAPPELLETTI, Mauro. “Os métodos alternativos de solução de conflitos no quadro do movimento universal de acesso à justiça”, *in* **Revista de Processo**. n. 74. Abril-junho de 1994.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Jurisdição e Competência**. 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Intervenção de terceiros**. 19ª edição. São Paulo: Saraiva. 2010.

CARNELUTTI, Francesco. **Instituições do Processo Civil**. Tradução da 5ª edição italiana por Adrán Sotero de Witt Batista. Campinas: Servanda. 1999.

_____. “Eccesso di potere nelle deliberazioni dell’ assemblea delle anonime”, *in* **Rivista di Diritto Commerciale** 1, 1926. Pp. 176-182.

_____. **Sistema di Diritto Processuale Civile**. Padova: CEDAM. 1936. V.I.

CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier. **Tratado de Direito Comercial**. Vols. III, 5ª edição. São Paulo: Freitas Bastos. 1954.

_____. **Tratado de Direito Comercial**. Vol. VII, 3ª edição. São Paulo: Freitas Bastos. 1939.

CARVALHOSA, Modesto. Comentários aos artigos 35 a 40 - “Da assembleia de credores”, in CORRÊA-LIMA, Osmar Brina e LIMA, Sérgio Mourão Corrêa (Coordenadores). **Comentários à Nova Lei de Falência e Recuperação de empresas: Lei nº 11.101/05**, de 09 de fevereiro de 2005. Rio de Janeiro: Forense. 2009.

CASEY, Anthony J. “The Creditors' Bargain and Option-Preservation Priority in Chapter 11”, in **The University of Chicago Law Review** **78** (2011), n. 3.

CASTRO, Moema Augusta Soares de. Comentários aos artigos 70 a 74 - “Da convalidação da recuperação judicial em falência”, In CORRÊA-LIMA, Osmar Brina e LIMA, Sérgio Mourão Corrêa (Coordenadores). **Comentários à Nova Lei de Falência e Recuperação de empresas: Lei nº 11.101/05**, de 09 de fevereiro de 2005. Rio de Janeiro: Forense. 2009.

CATERINI, Enrico. **Crisi d'impresa: ristrutturazioni e concordato preventivo: Atti del Convegno** - Cosenza 23 gennaio 2014 - a cura di Enrico Caterini (Italian Edition) (Locais do Kindle 1005 a 1065). Edizioni Scientifiche Calabresi. Edição do Kindle.

CATTANEO, Giovanni. “Buona fede obiettiva e abuso del diritto”, in **Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**. 1971. Pp. 613-659.

CAVALI, Cássio. “A teoria da recuperação da empresa na recuperação judicial”, in CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

CEREZETTI, Sheila Christina Neder. **A recuperação judicial de sociedade por ações**. 1ª edição. São Paulo: Malheiros. 2012.

_____; SATIRO, Francisco – “A silenciosa consolidação da consolidação substancial. Resultados de pesquisa empírica sobre recuperação judicial de grupos empresariais”, in **Revista do Advogado**. São Paulo. v.36. n.131. out. 2016. Pp.216-23.

_____. “O papel dos credores no *Bankruptcy Code*”, in **RDM** **151/152**. 2009. Pp.164/186.

_____. “O passo seguinte ao Enunciado 57: em defesa da votação nas sucubes”, in **Revista Comercialista** 13. 2015. Pp.24/27.

_____. “As classes de credores como técnica de organização de interesses: em defesa da alteração da disciplina das classes na recuperação judicial”, in TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de e SATIRO, Francisco (coordenadores). **Direito das Empresas em crise: problemas e soluções**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2012.

_____. “Grupos de sociedades e recuperação judicial: o indispensável encontro entre Direitos Societário, Processual e Concursal”, in YARSHELL, Flávio Luiz e PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coordenadores). **Processo Societário II**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2015.

_____ e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano. “Fotografias de uma década da Lei de Recuperação e Falência”, in **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

CHIOVENDA, Giuseppe. “Giurisdizione volontaria e competenza”, in **Rivis. Diritto Proc.** 1925, parte II.

_____. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. II. Tradução brasileira. 1ª edição. São Paulo. 1942.

CIERVO, Gianpaolo. “Il giudizio do fattibilità del piano di concordato preventivo nella recente giurisprudenza dela suprema corte”, in **Il nuovo Diritto delle Società**. Italia Oggi. Anno 13 – Numero 3. 4 febbraio. 2015. Pp.28-51. Disponível em: <http://www.academia.edu/10837666/Il_giudizio_di_fattibilit%C3%A0_del_piano_di_concordato_preventivo_nella_recente_giurisprudenza_della_Suprema_Corte>. Último acesso em 17.11.2017.

CINTRA, Lia Carolina Batista. “Tutela antecipada fundada na evidência no novo Código de Processo Civil”, in **Garantismo Processual**. Garantias constitucionais aplicadas ao processo. 1ª edição. São Paulo: Gazeta Jurídica. 2016.

CLARO, Carlos Roberto. “Apontamentos sobre a ineficácia relativa e revogação de ato na falência”, in **Revista de Direito Recuperacional e Empresa** 1. Julho- setembro.

São Paulo: Thomson Reuters. 2016. Disponível em: <<https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/webrevistas/RDRE-revista-direito-recuperacional-empresa.html>>. Último acesso em 15.11.2017.

CLARO, Roberto Del. “Devido processo legal, direito fundamental, princípio constitucional e cláusula aberta do sistema processual civil”, *in* **Revista de processo** 126. São Paulo: RT. Agosto de 2005.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. 5ª edição. São Paulo: Saraiva. 2002.

_____. **Comentários à Lei de Falências e de Recuperação de empresas**. 7ª edição. São Paulo: Saraiva. 2010.

COMOGLIO, Luigi Paolo. **La garantia Costituzionale dell’azione ed il processo civile**. Padova: Cedam. 1970.

_____; FERRI, Corrado; TARUFFO, Michele. **Lezioni sul processo civile**. 5ª edição. Bolonha: Mulino. 2011.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O poder de controle na sociedade anônima**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense. 2008.

_____. “Controle conjunto, abuso no exercício do voto acionário e alienação indireta de controle empresarial”, *in* **Direito Empresarial: Estudos e Pareceres**. São Paulo: Saraiva. 1990.

_____. “Função social da propriedade dos bens de produção”, *in* **Direito Empresarial: Estudos e Pareceres**. 1º edição, 2º tiragem. São Paulo: Saraiva. 1995.

_____. “Na proto-história das empresas multinacionais: o Banco Medici de Florença”, *in* **Direito Empresarial: Estudos e Pareceres**. 1º edição, 2º tiragem. São Paulo: Saraiva. 1995.

_____. **Aspectos jurídicos da macroempresa**. São Paulo: RT. 1970.

COROTTO, Suzana. **Modelos de reorganização empresarial brasileiro e alemão**: comparação entre a Lei de Recuperação e Falências de Empresas (LRFE) e a

Insovenzordnung (InsO) sob a ótica da viabilidade prática. 1ª edição. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor. 2009.

CORRE, Pierre-Michel Le. **Droit des entreprises en difficulté**. 2ª edição. Paris: Dalloz. 2006.

CORRÊA-LIMA, Osmar Brina e LIMA, Sérgio Mourão Corrêa (Coordenadores). **Comentários à Nova Lei de Falência e Recuperação de empresas: Lei nº 11.101/05, de 09 de fevereiro de 2005**. Rio de Janeiro: Forense. 2009. (arts. 47 a 74).

CORTI, Andrea. “La transazione fiscale e previdenziale nel concordato preventivo: profili evolutivi dell’instituto”, in **Il nuovo concordato preventivo a seguito della riforma**. *Quaderni* nº43. Milão: SAF Luigi Martino. 2012. Pp.32-59.

COSTA, Daniel Carnio. “O novo método da gestão democrática de processos de insolvência”, in CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

_____. “A divisão equilibrada de ônus na recuperação judicial da empresa”, in LUCCA, Newton de e VASCONCELOS, Miguel Pestana (coordenadores), **Falência, Insolvência e Recuperação de Empresas – Estudos Luso-brasileiros**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2015.

COSTA, Ricardo Brito. “Recuperação judicial é possível o litisconsórcio ativo!”, in **Revista do Advogado**, AASP. Ano XXIX, n. 105. Setembro de 2009

COUTURE, Eduardo Juan. **Fundamentos del Derecho Procesal Civil**. 1ª edição. Buenos Aires: Depalma. 1981.

CUENCA, Humberto. **Proceso civil romano**. Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-América. 1957.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. “Negócios jurídicos processuais no processo civil brasileiro”, in CABRAL, Antonio do Passo e NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coordenadores), **Negócios Processuais**. 1ª edição. Salvador: Juspodium. 2015.

DABIN, Jean. **Le droit subjective**. 1ª edição. Paris: Dalloz. 1952.

DANOVI, Alessandro. “Il concordato preventivo dopo le modifiche del ‘Decreto Sviluppo’”, in **Il nuovo concordato preventivo a seguito della riforma**. Quaderni nº43. Milão: SAF Luigi Martino. 2012. Pp.9-16.

DEZEM, Renata Mota Maciel Madeira. **A extensão da competência do juízo da recuperação judicial**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2016.

DIAS, Leonardo Adriano Ribeiro. **Financiamento na recuperação judicial e na falência**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2014.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova era do processo civil**. 4ª edição. São Paulo: Malheiros. 2013.

_____. **A instrumentalidade do processo**. 14ª edição. São Paulo: Malheiros. 2009.

_____. **Fundamentos do processo civil moderno**. 6º edição. Vol.I. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. **Fundamentos do processo civil moderno**. 6º edição. Vol. II. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol.I. 6º edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. **Intervenção de terceiros**. 5º edição. São Paulo: Malheiros. 2009.

_____. **Execução Civil. Execução civil**. 7º edição. São Paulo: Malheiros. 2000.

DINIZ, Almachio. **Da fallencia** – Theoria dos factos e prática dos princípios à luz da Lei 5.746, de 9 de dezembro de 1929, e da última jurisprudência dos juízes e tribunais da República. 2ª edição. São Paulo: Saraiva. 1930.

DOBSON, Juan M. **El abuso de la personalidad jurídica (en el derecho privado)**. 2ª edição. Buenos Aires: Depalma. 1991.

ECHANDIA, Hernando Devis. **Nociones Generales de Derecho Procesal Civil**. Madri: Aguilar. 1966.

ELIAS, Luis Vasco e NOGUEIRA, Ana Beatriz Martucci. “O deferimento do processamento da recuperação judicial”, *in* YARSHELL, Flávio Luiz e PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coordenadores). **Processo Societário II**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2015.

EPIFÂNIO, Maria do Rosário. **Manual de Direito da Insolvência**. 6ª edição. Coimbra: Almedina. 2014.

FARENGA, Luigi. “La riforma del Diritto fallimentare in Italia: una nuova visione del mercato”. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo. Ano 46. N.145. Jan.-Mar. 2007. Pp. 9-16.

FAVER, Scilio. **Curso de recuperação de empresas**. 1ª edição. São Paulo: Atlas. 2014.

FAZZALARI, Ellio. **La giurisdizione volontaria**. Padova: CEDAM. 1962.

FELSBERG, Thomas e CAMPANA FILHO, Paulo Fernando. “A recuperação judicial de sociedades sediadas no exterior: as lições da experiência estrangeira e os desenvolvimentos no Brasil”, *in* CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

FERNANDES, L. Carvalho. “O Código dos processos especiais de recuperação de empresa e de falências: balanço e perspectivas”, *in* **Revista de Direito e de Estudos Sociais**, RDES. Nº1. Janeiro - setembro. Lisboa: Lex Edições Jurídicas. 1997.

FERRARA, Francesco. **Il fallimento**. Milão: Giuffrè. 1966.

FERREIRA, Waldemar. **Tratado de Direito Comercial**. V. 14. São Paulo: Saraiva. 1965.

FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. “Execução simplificada e a desjudicialização do processo civil: mito ou realidade”, *in* Arruda Alvim (coord.), **Execução civil e temas**

afins do CPC/1973 ao novo CPC: estudos em homenagem ao Professor Araken de Assis. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2014.

FISS, Owen. **Um novo processo civil.** Estudos norte-americanos sobre jurisdição, constituição e sociedade. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2004. Tradução do livro em inglês: **The Law as It Could Be. New York University Press, 2003.**

FLESSNER, Axel. “La conservazione delle imprese attraverso il Diritto Fallimentare. Uno sguardo di Diritto comparato”. **Il Diritto Fallimentare e delle società commerciali.** (2009). Pp. 1-21. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/buscar/documentos?query=Dismax.DOCUMENTAL_TODO=AXEL+FLESSNER>. Última consulta em 16/11/2017.

FONSECA, João Francisco N. “Comentários aos artigos 485 a 508 do CPC”, *In* GOUVEIA, José Roberto F., BONDIOLI, Luiz Guilherme e FONSECA, João Francisco N. (coordenadores). **Comentários ao Código de Processo Civil.** 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2017.

FRADA, Manuel A. Carneiro. “A responsabilidade dos administradores na insolvência”, *in* **Revista da Ordem dos Advogados.** Ano 66, II, Lisboa. Setembro de 2006. Pp.1-19.

FRANÇA, Erasmo Valadão Azevedo e Novaes. **Conflito de Interesses nas Assembléias de S.A.** 2ª edição. São Paulo: Malheiros. 2014.

_____. “Da assembleia de credores”. *In* **Comentários à lei de recuperação de empresas e falências, Lei 11.101/05 – artigo por artigo.** SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de e PITOMBO, Antonio Sérgio (coordenadores). 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2007.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJAN, Rachel. **Falência e recuperação da empresa em crise:** comparação com as posições do direito europeu. Rio de Janeiro: Elsevier. 2008.

FRONTINI, Paulo Salvador. “Do estado de falido: sua configuração: inovações da nova lei de recuperação e falência”, *in* **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro** 138. Abril-junho. 2005.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. “Procedimentos, déficit procedimental e flexibilização procedimental no novo CPC” in **Revista de Informação legislativa**. Brasília. Ano 46. N. 160. Abril-junho. 2011. Pp.163-177.

GALANTER, Marc. “La justice ne se trouve pas seulement dans les décisions des tribunaux”, in **Acces a la justice et Etat-providence**. 1ª edição. Paris: Economica. 1984. Pp.157-158.

GALGANO, Francesco. **La forza del numero e la legge della ragione**: storia del principio di maggioranza. Bologna: Mulino. 2007.

GIANELLI, Gianvito. “Le soluzioni giudiziarie delle crisi di impresa. La gestione della crisi nel diritto spagnolo e italiano”, in **Il diritto fallimentare e delle società commerciali**. Vol. LXXXIV. Padova. CEDAM. 2009.

GERARIGE NETO, Zaidem. **O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional**: art. 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2003.

GODFROID, Yves. “La loi relative à la continuité des entreprises: réorganisation judiciaire par transfert sous autorité de justice” in THIRION, Nicolas, coord., **“Reorganisation judiciaire, faillite, liquidation déficitaire. Actualisés et pratique”**. V. 120. Liège: Athemis. 2010.

GOLDSCHIMIDT, James. **Derecho Procesal Civil**. Obra traduzida para o espanhol por Leonardo Pietro Castro. Barcelona: Editorial Labor. 1936.

GONTÍJO, Vinícios J.M. “Falências e Recuperação de empresas: acordo de credores na assembleia geral”, in **Revista de Direito Mercantil 159/160**. 2011. Pp.167-172.

GRAZIABILE, Dario J. “Jurisdicción concursal, juez, competencia y fuero de atracción” in **Contribuciones para el estudio del Derecho Concursal**: Homenaje al Professor Dr. Ariel Á. Dasso. 1ª ed. Buenos Aires: Ad-hoc. 2005. Pp.295-331.

GRECO, Leonardo. “Publicismo e privatismo no processo civil”, in **Revista de Processo**, n.164. Outubro. 2008.

_____. **O processo de execução**. V.II. 1ª edição. Rio de Janeiro: Renovar. 2001.

_____. **Jurisdição voluntária moderna**. 1ª edição. São Paulo: Dialética. 2003.

_____. “Os atos de disposição processual – primeiras reflexões”, in **Revista Eletrônica de Direito Processual**. 1ª edição. Outubro/dezembro. 2007. Pp.7-28.

GRÉGOIRE, Michèle. “Le point de vue des créanciers face à la réorganisation de l’entreprise de leur débiteur” in THIRION, Nicolas, coordenador, **Reorganisation judiciaire, faillite, liquidation déficitaire. Actualisés et pratique**. V. 120. Liège: Athemis. 2010.

GRIMAL, Pierre. **O Império Romano**. 1ª edição portuguesa. Lisboa: Edições 70. 2010.

GRINOVER, Ada Pellegrini. “Os métodos consensuais de solução de conflitos no novo CPC”, in **O novo Código de Processo Civil**. Questões controvertidas. São Paulo: Atlas. 2015.

GUGLIELMUCCI, Lino. “Le procedure concursali nell’ordinamento italiano ed il progetto di riforma”, in **Anales de Derecho**. Universidad de Murcia. N.18. 2000. Pp.207-222.

_____. “La legge tedesca sull’insolvenza (insolvenzordnung): del 5 ottobre 1994” in **Quaderni di Giurisprudenza Commerciale**. Milão: Giuffrè. 2000.

HECK, Philipp. **Interpretação da lei e jurisprudência dos interesses**. Tradução de José Osório. São Paulo: Saraiva. 1947.

HESPANHA, Benedito. “O Direito Processual e a Constituição. A relevância hermenêutica dos princípios constitucionais do processo”, in **Revista de Direito Constitucional e Internacional** 48. Julho-setembro de 2004.

HÜBLER, Samuel. “Recuperação judicial credor cedente proibido de votar e extensão dos efeitos da proibição ao cessionário”, in **RDB** 65. 2014. Pp.233-260.

JACQUEMONT, André. **Droit des entreprises en difficulté**. 5^o edição. Paris: LITEC. 2007.

JAEGER, Pier Giusto. **L'interesse sociale**. Milão: Giuffrè. 1972.

JORDÃO, Eduardo Ferreira. **Repensando a teoria do abuso do direito**. 1^a edição. Salvador: Juspodium. 2006.

JOSSERAND, Louis. **L'esprit des droits et de leur relativité** – Theorie dite de l'abus des droits. 2^a edição. Paris: Dalloz. 1939.

KEBREDLE, Richard; PASIANOTTO, Ricardo M. “Os desafios do ‘Financiamento DIP’ em caso de reestruturações brasileiros”, in **Revista de Direito Recuperacional e Empresa**. N. 1. Julho- setembro. São Paulo: Thomson Reuters. 2016. Disponível em: <<https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/webvistas/RDRE-revista-direito-recuperacional-empresa.html>>. Último acesso em 15.11.2017.

KENNEDY, Frank R. “Foreword: a brief history of the Bankruptcy Reform Act”, in **North Carolina Law Review** 58, n.4, Abril/1980, p.667. Disponível em: <<http://scholarship.law.unc.edu/nclr/vol58/iss4/2>>. Último acesso em 15.12.2017.

KORDANA, Kevin A.; POSNER, Eric A., "A Positive Theory of Chapter 11", in **New York University Law Review** 74 (1999). Pp.161-234. Disponível: <<https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.137897>>. Último acesso em: 15.11.2017.

KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. **A desconsideração da personalidade jurídica (*disregard doctrine*) e os grupos de empresas**. 2^o edição Rio de Janeiro: Forense, 1998.

LACERDA, José Cândido Sampaio de. **Manual de Direito Falimentar**. 14^a edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1999.

LASPRO, Oreste Nestor de Souza. **Duplo grau de jurisdição no Direito Processual Civil**. 1^a edição. São Paulo: RT. 1995.

_____. **A responsabilidade Civil do juiz**. 1^a edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2000.

_____. “Da restrição à concessão de tutelas de urgência na Lei de Recuperações Judiciais”, in YARSHELL, Flávio Luiz e PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coordenadores). **Processo Societário II**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2015.

LAZARINI, Alexandre Alves. “Reflexões sobre a recuperação judicial de empresas”, in Newton de Lucca e Alessandra de Azevedo Domingues (coordenadores), **Direito Recuperacional. Aspectos Teóricos e Práticos**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2009. Pp.124-135.

LEONEL, Ricardo de Barros. **Manual do Processo Coletivo**. 4ª edição. São Paulo: Malheiros. 2017.

_____. **Reclamação Constitucional**. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2011.

_____. **Causa de Pedir e Pedido**. O Direito Superveniente. 1ª edição. São Paulo: Método. 2006.

_____. **Tutela jurisdicional diferenciada**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1º edição. 2010.

_____. “Direito Processual Civil Francês”, in TUCCI, José Rogério Cruz e (coord), **Direito Processual Civil Europeu Contemporâneo**. 1ª edição. São Paulo: Lex. 2010.

_____. “Garantismo e direito processual constitucional”, in **Garantismo Processual**. Garantias constitucionais aplicadas ao processo. 1ª edição. São Paulo: Gazeta Jurídica. 2016.

_____. “Pedido e Causa de Pedir: conexão, litispendência e continência”. In: Gozzoli, Maria Clara; Cianci, Mirna; Calmon, Petrônio e Quatieri, Rita (coordenadores). **Em defesa de um novo sistema de processos coletivos**: estudos em homenagem a Ada Pellegrini Grinover. São Paulo: Saraiva. 2010.

_____. “Objeto litigioso do processo e o duplo grau de jurisdição”, in Tucci, José Rogério Cruz e Bedaque, José Roberto dos Santos, coordenadores, **Causa de pedir e pedido no processo civil**. 1ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2002.

LEVI, Edward Hirsch, MOORE, James Willian. “Bankruptcy and reorganization: A survey of changes”, in **The University of Chicago Law Review**, vol. 5, (1937). Disponível em: <<https://catalog.lib.uchicago.edu/vufind/Record/2696382>>. Último acesso em 01.12.2017.

LEVITIN, Adam J. “Finding Nemo: Rediscovering the Virtues of Negotiability in the Wake of Enron”, in **Columbia Business Law Review**. 2007. Pp 83-177. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.910571>>. Último acesso em 15.11.2017.

LIEBMAN, Enrico Tullio. “Risoluzione Convenzionale del processo”, in **Rivista di Diritto Processuale Civile**. V.IX. Padova: Casa Editrice Dott. Antonio Milani. 1932. Pp.260-293.

_____. “Diritto Costituzionale e Processo Civile”, in **Rivista di Diritto Processuale Civile**. Padova: Casa Editrice Dott. Antonio Milani. 1952. Pp.327-332.

_____. **Manual de Direito Processual Civil**. Tradução brasileira por Cândido Rangel Dinamarco, 2º ed. Rio de Janeiro: Forense, 1985. v.1.

_____. **Embargos do Executado**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva. 1952.

LIMA, Alcides de Mendonça. Jurisdição Voluntária. Doutrina nacional. Direito Processual Civil. **Revista de Processo** 17. São Paulo: RT. Pp. 25-40.

LIMA, Osmar Brina Correia (coordenador). **Comentários à nova lei de falências e recuperação de empresas**. Rio de Janeiro: Forense. 2009.

LOBO, Jorge. “O futuro da Lei de Recuperação de Empresa”, in **Revista de Direito Recuperacional e Empresa**. N. 1. Julho - Setembro. São Paulo: Thomson Reuters. 2016.

_____. “Cessão fiduciária em garantia de recebíveis performados e a performar”, in ABRÃO, Carlos Henrique, ANDRIGHI, Fátima Nacy e BENETI, Sidnei (coordenadores), **10 anos de vigência da Lei de Recuperação e falência (Lei n.11.101/05)**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2015.

_____. “Da assembleia geral de credores”. In TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de ABRÃO, Carlos Henrique (coordenadores). **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 4ª edição. São Paulo: Saraiva. 2010.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O Direito na História**. 2º edição. São Paulo: Max Limonad. 2002.

LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes. “Sistema Multiportas: opções para tratamento de conflitos de forma adequada”, in Carlos Alberto de Salles, Marco Antônio Garcia Lopes e Paulo Eduardo Alves da Silva (coord.), **Negociação, mediação e arbitragem**. São Paulo: Editora Método. 2012.

LUCCA, Newton de. “A recuperação judicial à luz da preservação da empresa”, in LUCCA, Newton de e VASCONCELOS, Miguel Pestana (coordenadores), **Falência, Insolvência e Recuperação de Empresas – Estudos Luso-brasileiros**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2015.

_____; DEZEM, Renata Mota Maciel M. “Dez anos de vigência da Lei 11.101/05. Há motivos para comemorar?”, in CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. **Embargos à execução**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 1996.

_____. “Motivação das decisões jurídicas: identificação das decisões imotivadas”, in Puoli, José Carlos Baptista; BONÍCIO, Marcelo Jose Magalhães; LEONEL, Ricardo de Barros. **Direito Processual Constitucional**. 1ª edição. São Paulo: Gazeta Jurídica. 2016.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. “Jurisdição Voluntária, Jurisdição e lide”. Doutrina nacional. Direito Processual Civil. **Revista de Processo 37**. São Paulo: RT. Pp. 69-84.

MACÍAS, Isabel Candelario. **Il Diritto Concorsale in Europa**. 1ª edição. Padova: CEDAM. 2001.

MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano. “Reflexões sobre a limitação do pressuposto subjetivo da Lei de Recuperação e Falências brasileira”, in LUCCA, Newton de e VASCONCELOS, Miguel Pestana (coordenadores), **Falência, Insolvência e Recuperação de Empresas – Estudos Luso-brasileiros**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2015. p.96.

MALOY, Richard. “A primer on cramdown – How and why it works”, in **St. Thomas Law Review** 16/1-57. 2003-2004. Disponível em: <http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/stlr16&id=&page=>>. Último acesso em 01.12.2017.

MANNA, Andrea. **Crisi d'impresa: ristrutturazioni e concordato preventivo**: Atti del Convegno - Cosenza 23 gennaio 2014 - a cura di Enrico Caterini (Italian Edition) (Locais do Kindle 57 a 82). Edizioni Scientifiche Calabresi. Edição do Kindle.

MARCATO, Antonio Carlos. **Procedimentos especiais**. São Paulo: Atlas. 10ª edição. 2004.

MARCHI, Eduardo C. Silveira. **Concurso de credores e *pactum ut minus solvatur***. Roma: Del Grifo. 2002.

MARIANO, Alvaro Augusto Camargo. **Abuso de voto na recuperação judicial**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme. “Aspectos processuais da decretação de ineficácia e da ação revocatória falimentar”, in ABRÃO, Carlos Henrique, ANDRIGHI, Fátima Nancy e BENETI, Sidnei (coordenadores), **10 anos de vigência da Lei de Recuperação e falência** (Lei n.11.101/05). 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2015.

_____. “O princípio da segurança dos atos jurisdicionais (a questão da relativização da coisa julgada material)”, in **Revista Jurídica** 317. Março/2004. Pp.14-33.

MARONE, Gilberto Tibério e FRANCO JUNIOR, Hilário. **História Geral I**. São Paulo: Marco Editorial. 1982.

MARQUES, José Frederico. **Ensaio sobre a jurisdição voluntária**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva. 1959.

MARTIN, Nathalie. “The role of history and culture in developing bankruptcy and insolvency systems: the perils of legal transplantation”, in **Boston College International & Comparative Law Review**. V.28. 2005. Pp.1-77. Disponível em: <<http://lawdigitalcommons.bc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1076&context=iclr>> Último acesso em 15.11.2017.

MARTINO, Roberto. “La nuova amministrazione straordinaria delle grandi imprese in crisi: prosegue il dibattito”, in **Giustizia Civile** – Rivista Mensile di Giurisprudenza. N.3. Milão: Giuffrè. Março de 2000. Pp. 155-171.

MARTINS, Alexandre de Soveral. O P.E.R. (processo especial de revitalização), in **AB Instantia, Revista do Instituto do Conhecimento AB**. Ano I. N.1. Abril de 2013.

MARTINS, Pedro Baptista. **O abuso do direito e o ato ilícito**. 3ª edição (histórica). Rio de Janeiro: Forense. 1997.

MARTINS-COSTA, Judith. “Os avatares do abuso do direito e o rumo indicado pela boa-fé”, in DELGADO, Mário; ALVES, Jones F., coordenadores, **Novo Código Civil** – Questões controvertidas. V.6. São Paulo: Método. 2007. Pp.37-59.

MARTINS, Ricardo Marcondes. **Abuso do direito e a constitucionalização do Direito Privado**. 1ª edição. São Paulo: Malheiros. 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. “A nova Lei de Falências e suas implicações nos créditos dos trabalhadores”, in ABRÃO, Carlos Henrique, ANDRIGHI, Fátima Nacy e BENETI, Sidnei (coordenadores), **10 anos de vigência da Lei de Recuperação e falência** (Lei n.11.101/05). 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2015.

MC CONNEL, John J., SERVAES, Henri. “The economics of prepackaged Bankruptcy”, in **Journal of Applied Corporate Finance**, v.4, n.2 (1991). Disponível em: <<http://faculty.london.edu/hservaes/jacf1991.pdf>>. Último acesso em 16.11.2017.

MENEZES CORDEIRO, António Manuel da Rocha e. **Da boa-fé no Direito Civil**. 1ª edição. 3ª reimpressão. Lisboa: Almedina. 2007.

MICHELI, Gian Antonio. “Per una revisione della nozione di giurisdizione volontaria”, in **Rivista di Diritto Processuale** 2, nº1. Padova: CEDAM. 1947. Pp.18-45.

MIGLIARI JÚNIOR, Arthur. “A nova posição dos credores na Lei de Recuperação de Empresas – Lei 11.101/05”, in **Revista de Direito Recuperacional e Empresa** 1. Julho- setembro. São Paulo: Thomson Reuters. 2016. p. 2). Disponível em: <<https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/webrevistas/RDRE-revista-direito-recuperacional-empresa.html>>. Último acesso em 15.11.2017

_____. “A tipicidade nos crimes de falências e recuperação de empresas”, in ABRÃO, Carlos Henrique, ANDRIGHI, Fátima Nacy e BENETI, Sidnei (coordenadores), **10 anos de vigência da Lei de Recuperação e falência** (Lei n.11.101/05). 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2015.

_____. “O poder de investigação do Ministério Público nos crimes falenciais e recuperacionais”, in CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

MILANI, Mário Sérgio. **Lei de recuperação judicial, recuperação extrajudicial e falência comentada**. São Paulo: Malheiros. 2011.

MINNITI, Gianluca. “Profili penali delle attestazioni nel concordato preventivo ai sensi dell’art. 236 L.F.”, in **Il nuovo concordato preventivo a seguito della riforma**. *Quaderni* nº43. Milão: SAF Luigi Martino. 2012. Pp.69-77.

MITIDIERO, Daniel. **Processo Civil e Estado Constitucional**. 1ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora. 2007.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito civil**. 1º vol. 25ª edição. São Paulo: Saraiva. 1985.

MONTELEONE. Girolamo A. **Diritto Processuale Civile**. 3ª edição. Padova: CEDAM. 2002.

MORAES, José Rubens. **A evolução histórica da execução civil no direito lusitano**. 1º edição. São Paulo: EDUSP. 2009.

MOREIRA, Alberto Camiña. *In*: LIMA, Osmar Brina Correia (coordenador). **Comentários à nova lei de falências e recuperação de empresas**. Rio de Janeiro: Forense. 2009.

_____. “Poderes da assembleia de credores, do juiz e atividade do Ministério Público”, *in*: PAIVA, Luiz Fernando Valente de (org.). **Direito Falimentar e a nova lei de falências e recuperação de empresas**. São Paulo: Quartier Latin. 2005. Pp.245-274.

_____. “Abuso do devedor e do credor na recuperação judicial”, *in* CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

MILLER, Harvey R., WAISMAN, Shay Y. “Is Chapter 11 bankrupt?”, *in* **Boston College Law Review** 47 (2005). Disponível em: <<http://lawdigitalcommons.bc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2322&context=bclr>> Último acesso em 15.11.2017.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. **Comentários à lei de recuperação de empresas e falências, Lei 11.101/05** – artigo por artigo, *in* SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de e PITOMBO, Antonio Sérgio (coordenadores). 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2007.

_____. “Financiamento e investimento na recuperação judicial”, *in* CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

NATOLI, Ugo. “Note preliminare ad una teoria dell’abuso del diritto nell’ordinamento giuridico italiano”, *in* **Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile**. 1958. Pp. 18-37.

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Comercial e de empresa**. V.3.1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2004.

_____. “O papel do Judiciário na homologação do plano”, *in* ABRÃO, Carlos Henrique, ANDRIGHI, Fátima Nacy e BENETI, Sidnei (coordenadores), **10 anos de**

vigência da Lei de Recuperação e falência (Lei n.11.101/05). 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2015.

_____. **A eficiência do Processo Judicial na recuperação de empresa**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2010.

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo na Constituição Federal**. 11ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2013.

_____. “Condições da ação”, in **Revista de Processo 64**, outubro-dezembro. 1991.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Ações probatórias autônomas**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2006.

NGUYEN, Vinh Tuan. **Das Schutzschirmverfahren nach dem ESUG. Die Vor- und Nachteile für Gläubiger: Eine kritische Analyse** (German Edition). GRIN Verlag. Edição do Kindle.

PAIVA, Luiz Fernando Valente de. “Necessárias alterações no sistema falimentar brasileiro”, in CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

_____ e COLOMBO, Giuliano. “Recuperação judicial e cessão de créditos a polêmica do direito de voto”, in **Revista do Advogado 105**. 2009. Pp.107-114.

PAJARDI, Piero. **Manuale di Diritto Fallimentare**. 2ª edição. Milão: Giuffrè. 1976.

PARÁ FILHO, Tomás Francisco de Madureira. **Estudo sobre a sentença constitutiva**. Dissertação de concurso à cadeira de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 1973.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. **Comentários ao Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense. 2ª edição. p.204.

PAULUS Christoph G. “The New German Insolvency Code”, in **Texas International Law Journal** **33**. 1998. Disponível em: <<http://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/tlj33&div=15&id=&pag=>>. Último acesso em 11.09.2017

PESSOA, Fábio Guidi Tabosa. “Tutela executiva e prescrição”, in **40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Malheiros. 2014.

PEPE, Giorgio Schiano di. **Il Diritto Fallimentare riformato**. 1ª edição. Padova: CEDAM. 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. V.1. 8ª edição. Rio de Janeiro: Forense. 1984.

PERIN JUNIOR, Ecio. **Curso de Direito Falimentar e Recuperação de Empresas**. 4ª edição. São Paulo: Saraiva. 2011.

PEROCHON, Françoise. “La prevención de la crisis em derecho francés”, in **Revista de Derecho Concursal y Paraconcursal: Anales de doctrina, praxis, jurisprudencia y legislación (RDCPC)**. Nº. 15. 2011. Pp. 511-521.

PERRINO, Michele. “La "crisi" delle procedure di rimedio al sovraindebitamento (e degli accordi di ristrutturazione dei debiti)”, in **Giustizia Civile: Revista Giuridica Trimestrale**. ISSN 0017-0631. N.2. 2014. Pp.435-467. Disponível em: <<https://iris.unipa.it/handle/10447/96267#.Wg9Ff9KnGM8>>. Última consulta: 16/11/2017.

PEYRAMAURE, Philippe. “Les evolutions récentes du Droit Français des Entreprises en Difficulté”, in **Revista de Direito Recuperacional e Empresa**. N. 1. Julho-setembro. São Paulo: Thomson Reuters. 2016. Disponível em: <<https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/webrevistas/RDRE-revista-direito-recuperacional-empresa.html>>. Último acesso em 15.11.2017.

PIGNATARI, Alessandra Aparecida Calvoso Gomes. **Efeitos processuais no controle de constitucionalidade**. 1ª edição. Brasília: Gazeta Jurídica. 2014.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de e ALVES, Tatiana Machado. “Cooperação no novo Código de processo Civil: desafios concretos para a sua

implementação”, in **Revista Eletrônica de Direito Processual, REDP**. Vol. 15. Janeiro a Junho de 2015. Pp.240-267.

PISANI, Andrea Proto. Publico e privato nel processo civile”, in **Revista de Processo** 207. Maio. 2012. Pp.281-301.

PLANIOL, Marcel. **Traité Élémentaire de Droit Civil**. Tomo 1. 4ª edição. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence. 1948.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Comentários ao Código de Processo Civil**. T. XVI. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense. 2008.

_____. **Tratado de Direito Privado**. Tomo 53. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1972.

PRATA, Edson. **Jurisdição voluntária**. 1ª edição. São Paulo: Universitária. 1979.

PROENÇA, José Marcelo Martins. “Os novos horizontes do Direito Concursal – Uma crítica ao continuísmo prescrito pela Lei 11.101/05”, in Newton de Lucca e Alessandra de Azevedo Domingues, coordenadores, **Direito Recuperacional**. Aspectos Teóricos e Práticos. 1ª edição. V. 2. São Paulo: Quartier Latin. 2009. Pp. 179-206.

_____. “A ação judicial de exclusão do sócio nas sociedades limitadas – Legitimidade processual”, in YARSHELL, Flávio Luiz e PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coordenadores). **Processo Societário**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2012.

_____; BONICIO, Marcelo José Magalhães. “Proposta de uma nova tutela jurisdicional diferenciada: o processo societário brasileiro”, in YARSHELL, Flávio Luiz e PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coordenadores). **Processo Societário**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2012.

_____. “Notas sobre a revisão judicial dos atos de gestão em sociedades anônimas: os tribunais judiciais podem aprender com a CVM?”, in YARSHELL, Flávio Luiz e PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (Coordenadores). **Processo Societário II**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2015.

PROVENCIALI, Renzo. **Manuale di Diritto Fallimentare**. Vol. I. 3ª edição. Milão: Giuffrè. 1955.

PRÜTTING, Hans. **Código Procesal Civil Alemán (ZPO)**. Konrad-Adenauer-Stiftung E.V. Tradução: Álvaro J. Pérez Ragone e Juan Carlos Ortiz Pradillo. 2006.

PUGLIESI, Adriana Valéria. **Direito Falimentar e preservação da empresa**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2013.

_____. “A responsabilidade patrimonial do falido, a extensão dos efeitos da falência e a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade falida”, *in* CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

_____. “**Limites da autonomia privada nos planos de reorganização das empresas**”, *in* Miguel Pestana de Vasconcelos (coord.), Falência, insolvência e recuperação de empresas. 1º Congresso de Direito Comercial das Faculdades de Direito da Universidade do Porto, de São Paulo e de Macau, Porto FDUP. 2016.

PULGAR EZQUERRA, Juana Pulgar. “La reforma del derecho concursal español: el nuevo concurso de acreedores” *in* **Contribuciones para el estudio del Derecho Concursal**: Homenaje al Professor Dr. Ariel Á. Dasso. 1ª edição. Buenos Aires: Ad-hoc. 2005. Pp.565-601.

_____. “La financiación de empresas en crisis”, *in*: **Universidad Computlense**. Documentos de trabajo del departamento de derecho mercantil. 2012/48, março de 2012. Disponível em <<http://eprints.ucm.es/14638/>>. Último acesso em 15.11.2017.

PUOLI, José Carlos Baptista. **Os poderes do juiz e as reformas do processo civil**. 1ª edição. São Paulo: Juarez de Oliveira. 2002.

RANIERI, Filippo. “Norma scritta e prassi giudiziali nell’evoluzione della dottrina tedesca del rechtsmissbrauch”, *in* **RTDPC** 26, 1972. Pp.1216-1237.

RANQUET, Pierre. “Un an d’application de la loi du 31 janvier 2009 relative à la continuité des entreprises. L’information, l’accord amiable et la reorganisation par accord, amiable ou collectif, des créanciers” *in* THIRION, Nicolas, coord., **Reorganisation**

judiciaire, faillite, liquidation déficitaire. Actualisés et pratique”, v. 120. Liège: Athemis. 2010.

RASI, Piero. “Diritto Intermedio”, in **Enciclopedia del diritto**. Milão: Giuffrè. 1966.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 13ª edição, São Paulo: Saraiva.

REEDER, David. “Ruling limits ‘equitable mootness’ doctrine in bankruptcy”, in **Daily Journal**, Los Angeles. September, 21, 2015.

REGO, Hermenegildo de Souza. Existe Jurisdição Voluntária? Doutrina nacional. Direito Processual Civil, in **Revista de Processo 42**. São Paulo: RT. Pp. 114-121.

REMMERT, Andreas. “Introduction to German insolvency law”, in **International Company and Commercial Law Review**. Londres: Sweet & Maxwell. 2002. p.427. Disponível em: <http://www.justiz.nrw.de/WebPortal_en/projects/ieei/documents/public_papers/german_insolvency.pdf>. Último acesso em 15.11.2017.

RENNER, Karl. **Gli istituti del Diritto Privato e la loro Funzione Sociale**. Bolonha: Mulino. 1981. Tradução de C. Mittendorfer (Título original: **Die Rechtsinstitute des Privatrechts und soziale Funktion – Ein Beitrag zur Kritik bürgerlichen Rechts**, Tübingen, Verlag von J.C.B. Mohr “Paul Siebeck”. 1929).

REQUIÃO, Rubens. **Curso de Direito Falimentar**. Vols. 1 e 2. 14ª edição. São Paulo: Saraiva. 1995.

RESIGNO, Pietro. “L’abuso del diritto” in **Rivista di Diritto Civile**. Ano XI. 1965. 1ª parte. Padova: CEDAM. Pp.205-290.

RICHARD, Efraín Hugo. “Acuerdos preventivos abusivos o en fraude a la ley”. Disponível em: www.acaderc.org.ar/doctrinas/articulos. Último acesso em 16.01.2017.

RIVA, Patrizia. “Concordato preventivo e operazioni straordinarie”, in **Il nuovo concordato preventivo a seguito della riforma**. Quaderni n°43. Milão: SAF Luigi Martino. 2012. Pp.17-28.

ROCCA, Gianluca. “L’asseverazione ex art.161 L.F.”, in **Il nuovo concordato preventivo a seguito della riforma**. *Quaderni* n°43. Milão: SAF Luigi Martino. 2012. Pp.102-108.

ROCCO, Alfredo. **Fallimento: Teoria Generale ed Origine Storica**. Milano-Torino-Roma: Fratelli Bocca Editori.1917.

_____. **Il concordato nel falimento e prima del falimento**. Torino: Fratelli Bocca. 1902.

RODRIGUES, Frederico Viana. “Reflexões sobre a viabilidade econômica da empresa no novo regime concursal brasileiro”, in **Revista de Direito Mercantil**. N. 138. 2005. Pp.102-122.

RODRIGUES FILHO, Otávio Joaquim. **Desconsideração da personalidade jurídica e processo**. 1ª edição. São Paulo: Malheiros. 2016.

_____. “O papel reservado aos credores pelo sistema concursal francês”, in **Revista de Direito Recuperacional e Empresa** 2. São Paulo: Thomson Reuters. 2016. Disponível em: <<https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/webrevistas/RDRE-revista-direito-recuperacional-empresa.html>>. Último acesso em 15.11.2017.

ROSA, Márcio Fernando Elias. “Princípios constitucionais na concepção sistêmica do ordenamento jurídico”, in **Revista de Direito Constitucional e Internacional** 39. São Paulo: RT. Abril – junho de 2002. Pp.189-208.

ROTONDI, Mario. **L’abuso di diritto**. 1ª edição. Padova: CEDAM. 1979.

ROUX, M. Xavier de. “**Rapport d’information**” depositada pela *Comission des lois constitutionnelles, de la législation et de l’administration générale de la Republique* à Assembleia Nacional Francesa, em 31 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/12/pdf/rap-info/i3651.pdf>>. Última consulta em 17/11/2017.

RUBINO, Franco. **Crisi d'impresa: ristrutturazioni e concordato preventivo**: Atti del Convegno - Cosenza 23 gennaio 2014 - a cura di Enrico Caterini (Italian Edition) (Locais do Kindle 108-110). Edizioni Scientifiche Calabresi. Edição do Kindle.

SÁ, Djanira Maria Radamés de. “O Ministério Público e os procedimentos de jurisdição voluntária”, in **DEJURE – Revista Jurídica do Ministério Público de Minas Gerais**. n. 7. Julho - Dezembro de 2006.

SACCHI, Roberto. **Il principio di maggioranza nel concordato e nell'amministrazione controllata**. Milano: Giuffrè. 1984.

SADDI, Jairo. “Considerações sobre o comitê e a assembleia de credores na nova lei falimentar”, in: PAIVA, Luiz Fernando Valente de (coord.). **Direito Falimentar e a nova lei de falências e recuperação de empresas**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2005.

SAINT-ALARY-HOUIN, Corinne. **Droit des entreprises en difficulté**. 9ª edição. Paris: LGDJ. 2014.

SALLES, Carlos Alberto de Salles. “Mecanismos alternativos de solução de controvérsias e acesso à justiça: a inafastabilidade da tutela jurisdicional recolocada” in FUX, Luiz et al. (org). **Processo e Constituição**: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira. 1ª edição. São Paulo: RT. 2006.

_____, **Execução judicial em matéria ambiental**. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1998.

SALOMÃO, Gilberto Elias. **História**. Vol. 3. São Paulo: Editora Poliedro. 2014.

SALOMÃO FILHO, Calixto. **O novo Direito Societário**. 4ª edição. São Paulo: Malheiros, 2002.

SANTOS, Eronides Aparecido Rodrigues dos. “A visão do Ministério Público na recuperação e na falência”, in ABRÃO, Carlos Henrique, ANDRIGHI, Fátima Nacy e BENETI, Sidnei (coordenadores), **10 anos de vigência da Lei de Recuperação e falência** (Lei n.11.101/05). 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2015.

SANTOS, Pablo Francisco. “*Equitable mootness* no Direito Recuperacional brasileiro: considerações sob a ótica do Direito e desenvolvimento”, in **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais** 77. Julho-setembro 2017. Pp.143-162.

SCALZILLI, João Pedro, SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. **Recuperação de empresas e falência**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2016.

SCARANTINO, Silvia. “La domanda: un caso pratico di concordato preventivo”, in **Il nuovo concordato preventivo a seguito della riforma**. Quaderni nº43. Milão: SAF Luigi Martino. 2012. Pp.80-102.

SCHUNCK, Simon. **Begründung von Masseverbindlichkeiten in der vorläufigen Eigenverwaltung** (German Edition). GRIN Verlag. Edição do Kindle. 2014.

SCIALOJA, Vittorio. **Procedimiento Civil Romano**. 1ª edição. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América. 1954.

SEMO, Giorgio. **Diritto Fallimentare**. 5ª edição. Padova: CEDAM. 1967.

SHANDRO, S. “Germany comes to grips with its ‘Chapter 11’”, in **American Bankruptcy Intitute Journal 25** (2006). Disponível em: <<https://www.abi.org/abi-journal/germany-comes-to-grips-with-its-chapter-11>>. Último acesso em 11.09.2017.

SCHMDT, Karsten. “La reforma del Derecho concursal italiano e y el Derecho concursal alemán (un apunte de Derecho comparado desde una perspectiva alemana)”, in **Anuario de Derecho Concursal**, n.10. ADCo. 2007-1. Pp.303-314.

_____. “Grupos de acreedores, consentimiento obligatorio, prohibición de obstrucción. Reflexiones comparativas sobre el ‘acuerdo preventivo’ y el ‘plan de insolvencia’”, in **Contribuciones para el estudio del Derecho Concursal: Homenage al Professor Dr. Ariel Á. Dasso**, 1ª ed., 2005. Pp.629-639.

SHIMURA, Sérgio Seiji. “Homologação de plano de recuperação de empresa. Conversão de créditos em ações da empresa recuperanda. Impossibilidade de alteração do plano. Conceito de pagamento” in **Revista de Processo 152**. Out. 2007. Pp.333-337.

_____. “A defesa coletiva por meio da ação revocatória”, in SALLES, Carlos Alberto de (coordenador), **As grandes transformações do processo civil brasileiro: estudos em homenagem ao Professor Kazuo Watanabe**. São Paulo: Quartier Latin. 2009.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. **O direito de defesa no processo civil brasileiro**. 1ª edição. São Paulo: Atlas. 2011.

_____. **Preclusão Processual Civil**. São Paulo: Atlas. 2º edição. 2008.

_____. “Congestionamento viário e congestionamento judiciário: reflexões sobre a garantia do acesso individual ao Poder Judiciário”, in **Garantismo Processual. Garantias constitucionais aplicadas ao processo**. 1ª edição. São Paulo: Gazeta Jurídica. 2016.

SICA, Ligia Paula Pires Pinto. **Direito Empresarial atual**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier. 2014.

_____. “A disciplina dos grupos empresariais e a Lei de Recuperação de Empresas em crise e Falências: um convite a jurisprudência”, in CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

SILVA, Fátima Reis. “Questões processuais relativas ao processo especial de revitalização”, in **Processo de insolvência e ações conexas**. E-Book. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Dezembro. 2014. Pp.65-90.

SILVA, João Calvão da; RODRIGUES, Frederico Viana. “Os novos paradigmas do direito concursal: uma análise jus-comparatística sob o prisma do regime português”, in **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**. São Paulo: Revista dos Tribunais. Ano 10. N. 36. Abril-junho/2007. Pp.224-240.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 6ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1990.

SILVA, Luís Virgílio Afonso da. “O proporcional e o razoável”, in **Revista dos Tribunais 798**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002.

SILVA, Ovídio Baptista da. **Curso de Processo Civil**. V. I. 6ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2003.

SIMÃO FILHO, Adalberto. “Interesses transindividuais dos credores nas assembleias gerais e sistemas de aprovação do plano de recuperação judicial”, in Newton de Lucca e Alessandra de Azevedo Domingues, coordenadores, **Direito Recuperacional. Aspectos Teóricos e Práticos**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2009. Pp.32-64.

SINGERMAN, Paul Steven, BATES, Douglas A., SINGERMAN, Berger, P.A. “Substantive consolidation in bankruptcy”, *In Southeastern Bankruptcy Law Institute: Thirty-first annual Seminar on Bankruptcy Law*. Atlanta. 2005. p.15. Disponível em: <<http://www.sbli-inc.org/archive/2005/documents/395187.pdf>>. Último acesso em 29.04.2017.

SKEEL Jr, David A. **Debit's Dominion** – A History of Bankruptcy Law in America. Princeton/Oxford: Princeton University Press. 2001.

SOLAZZI, Siro. **Il concorso dei creditori nel diritto Romano**. Nápoles: Casa Editrice Dott Eugênio Jovene. 1938.

SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro. “Sociedade em recuperação judicial – assembleia geral de credores”, *in Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro* **164/165**. 2013. Pp.212-221.

SOUWEINE, Carole. **Droit des entreprises en difficulté**. 2a. edição. Grenoble: PUG. 2007.

STÜRNER, Rolf. “Sobre as reformas recentes no direito alemão”, *in Revista de Processo*. V. 193. Março de 2011. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SZTAJN, Raquel. **Comentários à lei de recuperação de empresas e falências, Lei 11.101/05** – artigo por artigo. SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de e PITOMBO, Antonio Sérgio (coordenadores). 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2007.

_____ “Notas sobre as assembleias de credores na Lei de Recuperação de Empresa”, *in RDM* **138**/53-70. São Paulo: Malheiros Editores. 2005.

TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada e sua revisão**. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2005.

TARANTINO, Gianluca. “**Accordi di ristrutturazione dei debiti**”. Milão: Giuffrè. Disponível em: <<http://docplayer.it/5012140-Accordi-d-ristrutturazione-dei-debiti.html>>. Último acesso em 15.11.2007.

TARUFFO, Michele. **Processo Civil Comparado: ensaios**. 1ª edição. São Paulo: Marcial Pons. 2013.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Comentários ao Novo Código Civil**. V.3. Tomo 2. Rio de Janeiro: Forense. 2005.

_____. “Alguns aspectos processuais da nova lei de falências”, *in* **Revista Forense**. V.385. Ano 102. p.101-112. Maio-junho. 2006. Pp.101-112.

_____. “Algumas notas sobre a ineficácia e a revogação de atos praticados antes da falência (Lei n.11.101/05, arts.129 e 130)”, *in* ABRÃO, Carlos Henrique, ANDRIGHI, Fátima Nacy e BENETI, Sidnei (coordenadores), **10 anos de vigência da Lei de Recuperação e falência** (Lei n.11.101/05). 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2015.

_____. “As vias de execução do Código de Processo Civil Brasileiro Reformado”, *in* **Revista IOB Direito Processual Civil**. Ano VIII- n.43. Setembro-outubro-2006.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. “A preservação da empresa mesmo na falência”, *In* Newton de Lucca e Alessandra de Azevedo Domingues, coordenadores, **Direito Recuperacional. Aspectos Teóricos**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2009. Pp.517-533.

_____. “Recuperação judicial, a principal inovação da Lei de Recuperação de Empresas”, *in* Revista do Advogado AASP. N.83. Ano XXV. Setembro de 2005.

_____. “Recuperação judicial de grupo de empresas”, *in* FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes e ADAMEK, Marcelo Vieira Von (coordenadores), **Temas de Direito empresarial e outros estudos em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães**. 1ª edição. São Paulo: Malheiros. 2014.

_____ e POPPA, Bruno. “UPI e estabelecimento: uma visão crítica”, *in* TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de e SATIRO, Francisco (coordenadores). **Direito das Empresas em crise: problemas e soluções**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2012.

_____, Carlos Henrique (coordenadores). **Comentários à lei de recuperação de empresas e falência**. 4ª edição. São Paulo: Saraiva. 2010.

_____. **A Empresa em Crise no Direito Francês e Americano.** Dissertação de mestrado em Direito Comercial, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 1987.

_____. “O plano de recuperação e o controle judicial da legalidade”, *in* **RDB 60**. 2013.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial: falência e recuperação de empresas.** São Paulo: Atlas. 2011.

TREISTER, George M.; TROST, J. Ronald et al. **Fundamentals of Bankruptcy law.** 6ª edição. Philadelphia: American Law Institute. 2009.

TROMPERTZ, Markus, KLOSE, Bernd. “Germany Insolvency Statute (insO)”, *in* **World Insolvency Systems: a comparative study.** Coordenador: Lobo, Otto Eduardo Fonseca. Toronto: Carswell. 2009. Pp. 281-362.

TRUFFAT, E. Daniel. “Las obligaciones negociabiles concordatárias em su laberinto”, *in* **Contribuciones para el estudio del Derecho Concursal: Homenage al Professor Dr. Ariel Á. Dasso.** 1ª edição. Buenos Aires: Ad-hoc. 2005. Pp.685-702.

TUCCI, José Rogério Cruz e, AZEVEDO, Luiz Carlos. **Lições de História do Processo Civil Romano.** 1º Edição- 2º tiragem. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2001.

_____; _____. **Lições de História do Processo Civil Lusitano.** 1º Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais e Coimbra Editora. 2009.

TUMIETTO, Daniele. Modificazioni ed integrazioni nella domanda concordatária”, *in* **Il nuovo concordato preventivo a seguito della riforma.** Quaderni n°43. Milão: SAF Luigi Martino. 2012. Pp.108-117.

VALVERDE, Trajano de Miranda. **A fallencia no Direito Brasileiro.** V.1. 1ª edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos. 1931.

VARELA, Antunes. “O abuso do direito no sistema jurídico brasileiro”, *in* **Revista de Direito Comparado Luso-Brasileiro.** V.1. N.1. 1982. Pp. 37-59.

VASCONCELOS, L. Miguel. **Recuperação de Empresas: o processo especial de revitalização**. 1ª edição. Coimbra: Almedina. 2017.

VASCONCELOS, Ronaldo. **Direito Processual Falimentar**. 1ª edição. São Paulo: Quartier Latin. 2008.

_____. **Princípios processuais da recuperação judicial**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. 2012.

_____. “A mediação na recuperação judicial compatibilidade entre as leis nn.11.101/05, 13.015/15 e 13.140/15”, *in* CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. “Recuperar ou não recuperar, eis a questão: o poder/dever do juiz objetivando a preservação da empresa – configuração e limites”, *in* CEREZETTI, Sheila Christina Neder e MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano (Coordenadoras). **Dez anos da Lei nº11.101/2005**. 1ª edição. São Paulo: Almedina. 2015.

VERDE, Giovanni. **Profili del Processo Civile**. 2ª edição. Napoles: Jovene. 1988.

VIDAL, Dominique. **Droit des procédures collectives**. 5ª edição. Paris: Gualino Éditeur. 2006.

VILLANACI, Geraldo. **Crisi d'impresa: ristrutturazioni e concordato preventivo**: Atti del Convegno - Cosenza 23 gennaio 2014 - a cura di Enrico Caterini (Italian Edition) (Locais do Kindle 150-158 e 200-204). Edizioni Scientifiche Calabresi. Edição do Kindle.

VILLANI, Gian Piero. “Concordato Fallimentare”, *in* “**Il Diritto Fallimentare riformato**”. 1ª edição. Padova: CEDAM. 2008. Pp.83-97.

VITAGLIANO, José Arnaldo. **Coisa julgada e ação anulatória**. 1ª edição. Curitiba: Juruá. 2006.

VÍTOLO, Daniel Roque. **Acuerdos preventivos abusivos o em fraude a la ley**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni. 2009.

WALD, Arnoldo; WAISBERG, Ivo, *in* CORRÊA-LIMA, Osmar Brina e LIMA, Sérgio Mourão Corrêa (Coordenadores). **Comentários à Nova Lei de Falência e Recuperação de empresas**: Lei nº 11.101/05, de 09 de fevereiro de 2005. Rio de Janeiro: Forense. 2009.

WAMBIER, Tereza Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **O dogma da coisa julgada**. Hipóteses de relativização. 1ª edição. São Paulo: Revistas dos Tribunais. 2003.

WARREN, Elizabeth. “Bankruptcy policymaking in an imperfect World”, *in* **Michigan Law Review** **92** (1993-1994). Pp.336-387. Disponível em: <https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/35893/mod_resource...>. Último acesso em: 15.12.2017.

WATANABE, Kazuo. **Da cognição no processo civil**. 4ª edição. São Paulo: Saraiva. 2012.

_____. “Política pública do Poder Judiciário nacional para tratamento adequado de conflitos de interesse”. Disponível em <[www.tjsp.jus.br/download/conciliação /núcleo/parecer kazuo watanabe.pdf](http://www.tjsp.jus.br/download/conciliação/núcleo/parecer_kazuo_watanabe.pdf) >. Último acesso em 23.12.2016.

_____. “Cultura da sentença e cultura da pacificação”, *in*: Flávio Luiz Yarshell e Maurício Zanóide de Moraes (coord.), **Estudos em homenagem á Professora Ada Pellegrini Grinover**. São Paulo: DPJ. 2005.

WENGER, Leopold. **Actio iudicati**. Tradução por Roberto Goldschmidt e José Julio Santa Pinter. Buenos Aires: EJE. 1970.

WIELEBINSK, Joseph J.; RUKAVINA, Davor. “An overview of the Bankruptcy Code and Bankruptcy Practice in the United States”, *in* **World Insolvency Systems**: a comparative study. Coordenador: Lobo, Otto Eduardo Fonseca. Toronto: Carswell. 2009.

YARSHELL, Flávio Luiz. “Convenção das partes em matéria processual: rumo à nova era?”, *in* CABRAL, Antonio do Passo e NOGUEIRA, Pedro Henrique (Coordenadores), **Negócios Processuais**. 1ª edição. Salvador: Juspodium. 2015.

_____. “Convenção das partes em matéria processual”, in **Revista de Direito Recuperacional e Empresa**. V.1. Julho - Setembro de 2016.

_____. **Curso de Direito Processual Civil**. 1ª edição. Vol. I. São Paulo: Marcial Pons. 2014.

_____. **Ação rescisória: juízos rescindente e rescisório**. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. **Antecipação da prova sem o requisito de urgência e direito autônomo à prova**. São Paulo: Malheiros, 2009.

ZAMENFELD, Víctor. “Sobre responsabilidad social de las empresas”, in **Contribuciones para el estudio del Derecho Concursal: Homenaje al Professor Dr. Ariel Á. Dasso**. 1ª edição. Buenos Aires: Ad-hoc. 2005. Pp.737-750.

ZANINI, Carlos Klein. **Comentários à lei de recuperação de empresas e falências, Lei 11.101/05 – artigo por artigo**. SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de e PITOMBO, Antonio Sérgio (coordenadores). 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2007.

ZINGARI, Gianpiero. “Il mandato di liquidazione dei beni e i vincoli rispetto alla proposta concordatária”, in **Il nuovo concordato preventivo a seguito della riforma**. Quaderni nº43. Milão: SAF Luigi Martino. 2012.

ZYWICKI, Tood. “The past, present, and future of bankruptcy law in America”, in **Michigan Law Review** 101, n.6 (2003). Pp. 2016-2036.

ZUFELATO, Camilo. **Coisa julgada coletiva**. 1ª edição. São Paulo: Saraiva. 2011.